

R.E.V.I.

REVISTAS DE ESTUDOS VALE DO IGUAÇU
Publicação Científica do Centro Universitário Vale do Iguaçu
União da Vitória



EXPEDIENTE

Editor da R.E.V.I.

João Vitor Passuello Smaniotto

Coeditor

Vilson Rodrigo Diesel Rucinski

Equipe Editorial

André Weizmann
Edson Aires da Silva
Lina Cláudia Sant`Anna
Marcos Joaquim Vieira
Marta Borges Maia
Mateus Cassol Tagliani
Hilton Tomal

Conselho Editorial

Alexandro Andrade – UDESC
Ângela Duarte Damaceno Ferreira – UFPR
Eline Maria de Oliveira Granzotto – UNIGUAÇU
Ezia Corradi – PUC/PR
Jane Manfron Budel – UFPR
Jones Eduardo Agne – UFSM
Thiago Luiz Moda – UNIGUAÇU
Candido Simões Pires Neto - UNIGUAÇU
Márcia do Rocio Duarte – UFPR
Paulo Vitor Farago – UEPG
Rita de Cássia Silva Pinto – PUC
Rudimar Antunes da Rocha – UFSM
Sílvia Ângela Gugelmin – EURJ
Solange Fernandes – PUC/PR – Faculdade Espírita

R.E.V.I. – Revista de Estudos Vale do Iguaçu.

União da Vitória, nº 35, Janeiro/Julho 2020

ISSN 1678-068X

QUALIS B4

INDEXADA AO LATINDEX

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIGUAÇU

Presidente da Mantenedora

Dr. Wilson Ramos Filho

Reitor

Ms. Edson Aires da Silva

Pró-Reitor Acadêmico

Ms. Mateus Cassol Tagliani

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Ms. Hilton Tomal

Pró-Reitor de Pós-graduação e Iniciação à Pesquisa

Dr. João Vitor Passuello Smaniotto

Pró-Reitora de Extensão e Expansão

Ms. Marta Borges Maia

Procurador Institucional

Ms. Daniel Alberto Machado Gonzales

Presidente do Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos – ISPAE

Ms. Dagmar Rhinow

Coordenação do Curso de Administração

Ms. Jonas Elias de Oliveira

Coordenação do Curso de Agronomia

Ms. Mateus Cassol Tagliani

Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Ms. Paula Toppel

Coordenação do Curso de Biomedicina

Ms. Janaína Ângela Túrmina

Coordenação do Curso de Ciências Contábeis

Nelinho Kukla

Coordenação do Curso de Direito

Esp. Sandro Perotti

Coordenação do Curso de Educação Física

Esp. Rosicler Duarte Barbosa

Coordenação do Curso de Enfermagem

Ms. Marly Terezinha Della Latta

Coordenação dos Cursos Engenharia Civil

Esp. Larissa Yagnes

Coordenação do Curso de Engenharia de Produção

Ms. Camila Matos

Engenharia de Software

Ms. André Weizmann

Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica

Ms. Fabio Passos Guimarães

Coordenação do Curso de Engenharia Mecânica

Ms. Thiago Castro Bezerra

Coordenação de Estética e Cosmética

Ms. Janaína Ângela Túrmina

Coordenação do Curso de Farmácia

Ms. Silmara Brietzing Hennrich

Coordenação do Curso de Fisioterapia

Ms. Giovana Simas de Melo Ilkiu

Coordenação do Curso de Gastronomia

Ms. Lina Cláudia Sant'Anna

Coordenação do Curso de Medicina Veterinária

Ms. João Estevão Sebben

Coordenação do Curso de Nutrição

Ms. Lina Cláudia Sant'Anna

Coordenação do Curso de Odontologia

Ms. Adilson Veiga e Souza

Coordenação do Curso de Psicologia

Esp. Guidie Elleine Nedochoetko Rucinski

SUMÁRIO

ANÁLISE SOCIOCULTURAL DAS DIFICULDADES DE ADESÃO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL EM UNIÃO DA VITÓRIA - PR	5
REGIANE MARIA WOWCSUK.....	5
JULIANA BONFIM DA SILVEIRA	5
CONSUMO DE EMBALAGENS DE PAPELÃO PARA FAST-FOOD EM MEIO A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS	17
ARI BICIGO JUNIOR	17
DAVID DOMINGUES	17
JUNIOR CESAR ANTUNES	17
JONATÃ DA SILVA MARIANI	17
EFICIÊNCIA DA INOCULAÇÃO DE RIZOBACTÉRIA NA EMERGÊNCIA DE PLÂNTULAS DE CEBOLA	28
JHENIFER APARECIDA WONSOVICZ	28
SAMARA ALVES TESTONI.....	28
ENSINO MÉDIO: CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PERSPECTIVAS NO SÉCULO XXI	37
KELLI REGINA GONSALVES DOS SANTOS ASSUNÇÃO	37
ARGOS GUMBOWSKY	37
INFLUÊNCIA DA MASTITE CLÍNICA E SUBCLÍNICA NA TRANSFERÊNCIA DE IMUNIDADE PASSIVA PARA BEZERRAS.....	51
FÁTIMA TENCHINA.....	51
MILENE STEFANIAK DOS SANTOS.....	51
GIOVANNA GAVAZZONI	51
JOÃO ESTEVÃO SEBBEN.....	51
O IMPACTO DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL E NO DESENVOLVIMENTO DE NEGROS (AS) NO BRASIL	60
IVANI CZADOTZ ALVES.....	60
NATALIE DE CASTRO ALMEIDA	60
OS PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA, CUIDADOS PALIATIVOS E HUMANIZAÇÃO NA PRÁTICA PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM	71
ROBSON STIGAR.....	71
VIVIANE HAFFERMANN MONTEIRO.....	71

ANÁLISE SOCIOCULTURAL DAS DIFICULDADES DE ADESÃO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL EM UNIÃO DA VITÓRIA - PR

Regiane Maria Wowcsuk¹
Juliana Bonfim da Silveira²

RESUMO: As exigências do mercado consumidor, com relação aos alimentos de origem animal, são um tópico de destaque crescente entre a população consumidora e as indústrias de alimentos. A segurança e a garantia na qualidade de alimentos é um assunto que vem sendo bastante debatido no mundo, sendo que é de responsabilidade de todos aqueles que estão envolvidos na cadeia produtiva, começando pelos agricultores chegando até as esferas governamentais e os consumidores. O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) norteia e regulamenta a estruturação de uma agroindústria, independente do seu porte, para que haja a garantia das condições higiênicas-sanitárias dos produtos de origem animal comercializados no município. A cidade de União da Vitória - PR possui o Serviço de Inspeção Municipal implantado desde 1995, sendo que num contexto atual, existe uma preocupação em registrar todos os estabelecimentos que comercializam produtos de origem animal no município. O presente trabalho realizou um levantamento em forma de questionário com os agricultores/feirantes para verificar a realidade por eles vivida em relação a comercialização de produtos de origem animal sem a devida inspeção e também realizar um levantamento de qual a maior dificuldade por eles encontrada para que se regularizem e obtenham seus produtos dentro das normas de fiscalizações vigentes exigidas, garantindo assim a qualidade e também agregação de valores a seus produtos. O Serviço de Inspeção Municipal da cidade de União da Vitória - PR demonstrou não possuir índices relevantes de aquisição do selo entre os feirantes que comercializam produtos de origem animal, constando-se assim uma sócia cultura por eles adquiridos que também dificulta esse processo de regulamentação, e dificuldades por eles encontrados como o custo necessário para essa regularização, fazendo com que muitos optem pela clandestinidade da comercialização dos seus produtos, ao invés de um alimento devidamente inspecionado e livre de qualquer tipo de contaminação.

Palavras chave: Feirantes. Serviço de Inspeção Municipal. Produtos de Origem Animal.

ABSTRACT: Consumer market demands related to food of animal origin are a growing topic of attention among the consumer population and the food industries. Security and assurance in food quality is a subject that is being debated in the world, and it is the responsibility of all those involved in the production chain, starting with farmers reaching governments and consumers. The Municipal Inspection Service (SIM) guides and regulates the structuring of an agroindustry, regardless of its size, so that hygiene and sanitary conditions of products of animal origin marketed in the municipality can be guaranteed. The city of União da Vitória - PR has the Municipal Inspection Service implanted since 1995, and in a current context, there is a concern to register all establishments that sell products of animal origin in the municipality. The present project carried out a questionnaire with farmers / traders to verify their reality regarding the commercialization of products of animal origin without inspection and to discuss about the greater difficulty found to regularize and obtain their products within the current inspection required standards, thus guaranteeing the quality and the aggregation of values to their products. The Municipal Inspection Service of the city of União da Vitória - PR has shown that it does not have relevant indices of acquisition of the seal among the marketers selling products of animal origin. There is a culture partner acquired by them that hinders the regulation process, and also difficulties encountered as the necessary cost for regularization, which makes many opt for the clandestine commercialization of their products, where there is no food duly inspected and free from any type of contamination.

¹ Graduada em Medicina Veterinária - UNIGUAÇU

² Mestre em Desenvolvimento e Sociedade – UNIARP, Graduada em Medicina Veterinária - UDESC

Keywords: Traders. Municipal Inspection Service. Products of Animal Origin.

1 INTRODUÇÃO

A saúde pública conta com vários instrumentos para o controle e prevenção de enfermidades que se dão através de alimentos e que se complementam e acompanham todo o processo alimentar, desde o produtor até o consumidor. Um dos objetivos dos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal é que produtos destinados ao consumo humano sejam disponibilizados e garantidos com qualidade e inocuidade. O serviço de Inspeção tem o amparo na legislação, tornando-se mais abrangente e eficaz e tornando-se flexível para permitir sua implementação utilizando normas técnicas que acompanhem a evolução tecnológica na fabricação de produtos de origem animal (BADARÓ *et al.*, 2007).

Segundo o RIISPOA (Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitário de Produtos de Origem Animal), através da lei 1283 de 18 de dezembro de 1950, tornou obrigatória a prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal, preparados, transformados manipulados, recebidos acondicionados, depositados e em trânsito garantindo assim, um alimento seguro sem transmissão de doenças. Os Serviços de Inspeção mostraram-se como um aliado a população acarretando várias vantagens tanto para o comércio como para os consumidores entre elas; garantia de alimentos seguros, estímulo a formalização das agroindústrias, ampliação do mercado consumidor para as agroindústrias inspecionadas (BRASIL, 1997).

A Confederação Nacional dos Municípios destaca a importância de se ter a disposição um sistema não necessariamente informatizado, mas que contenha o registro de dados referentes aos estabelecimentos cadastrados no município, dados e referências de inspeções realizadas, quantidades processadas entre vários outros dados que possam contribuir e auxiliar no aprimoramento dos serviços ou mesmo buscar iniciativas para ampliação dos mercados (SANTOS, 2016).

Os consumidores Brasileiros, nos últimos anos, buscam cada vez mais alimentos seguros e de qualidade para seu consumo. Na visão atual dos

consumidores, a qualidade de um alimento engloba características com a padronização de sabor, aroma e aparência e, principalmente, adquirir alimentos que não venham a acarretar danos a sua saúde (SILVA, 2004).

Segundo Mattos, 2016, as etapas necessárias para a constituição do SIM, iniciam-se com a aprovação de um projeto de Lei na câmara de vereadores no município constituinte. Após a aprovação da lei o órgão responsável, Secretaria Municipal de Agricultura, deve regulamentar a lei através de um decreto. O regulamento deve conter todas as especificações detalhadas do pleno funcionamento do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), dentro das normas e legislações exposta pelo Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (MAPA).

De fato, o comércio clandestino tem grande incidência quando relacionado com alimentos de origem animal. Isto se deve a grande incidência do consumo de alimentos do comércio informal, tendo como justificativa os aspectos culturais de fabricação destes produtos, ditos “artesanais”, ou a diferença de preço com relação aos mercados. A busca dos consumidores por esse tipo de alimentos se torna grande relevância para a continuidade do comércio ilegal. (SOUZA *et al.*, 2011).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo utilizou os seguintes critérios para presidir a sua aplicação: Objetivos, natureza e procedimentos técnicos. Considera-se uma pesquisa descritiva qualitativa com uso de questionário estruturado fechado, com 9 (nove) perguntas objetivas referentes ao Serviço de Inspeção Municipal e comercialização de produtos, para o levantamento de dados do perfil utilizado pelos indivíduos do grupo. Constituiu-se em uma pesquisa aplicada, pois levantou dados com conceitos já estabelecidos, traçando o perfil aderido pelo agricultor/feirante para a comercialização de seus produtos. Nem todas as perguntas trouxeram informações pertinentes à proposta da pesquisa, e algumas informações não foram discutidas.

Realizou-se uma análise sociocultural das maiores dificuldades por eles encontrados para adesão ao S.I.M. e um levantamento de dados sobre o Serviço de Inspeção Municipal no Município de União da Vitória, com o objetivo de

leite

queijo

outros derivados de leite

5) Entre os produtos de origem animal que o Sr.(a) comercializa, algum deles possui o selo de serviço de inspeção municipal?

sim

não

6) Você conhece o serviço de inspeção municipal?

sim

não

7) Qual o empecilho para se cadastrar ao serviço de inspeção municipal?

mão de obra

custo necessário para a implantação

falta de informação de órgão público

8) Considera importante a garantia da qualidade higiênico sanitária do alimento?

sim

não

9) Considera adequado o espaço utilizado para a comercialização dos seus produtos?

sim

não

Após a coleta dos dados, material obtido foi inserido na plataforma *Google Forms* e os dados foram emitidos da análise após o cadastramento das respostas.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

No âmbito sociocultural, verificou-se uma análise que condiz com o panorama da classe entrevistada, em relação à outras pesquisas já publicadas. Analisando o gênero dos feirantes participantes, 12 eram do sexo feminino e 13 do sexo masculino. Assim sendo, percebe-se que o número de mulheres e o número de homens se dividem, mostrando a igualdade presente no quesito mão

de obra.

De acordo com Mutone-Smith (2011), a análise de gênero pode mostrar as dificuldades e barreira específica que tanto para mulheres como para os homens enfrentam ao se moverem ao longo da cadeia de valor para a busca de mercados e fazer crescer seus empreendimentos.

Os dados apresentados referentes à renda familiar mostram que 76% dos entrevistados possuem renda entre 1 a 2 salários mínimos e 24% dos entrevistados tem renda em torno de 3 a 4 salários mínimos. Este dado reafirma o citado por Vieira-Filho (2013), que com base no censo de 2013, conclui que 90% das famílias de pequenos produtores rurais, sobrevivem de uma renda percapta mensal de 1 a 2 salários mínimos, valor classificado como situação de pobreza, sendo indispensável que haja outros tipos de fonte de renda. Com os percentuais encontrados na pesquisa, entende-se a necessidade do grupo estudado de estar presente nas feiras municipais, para agregar algo a mais na renda mensal.

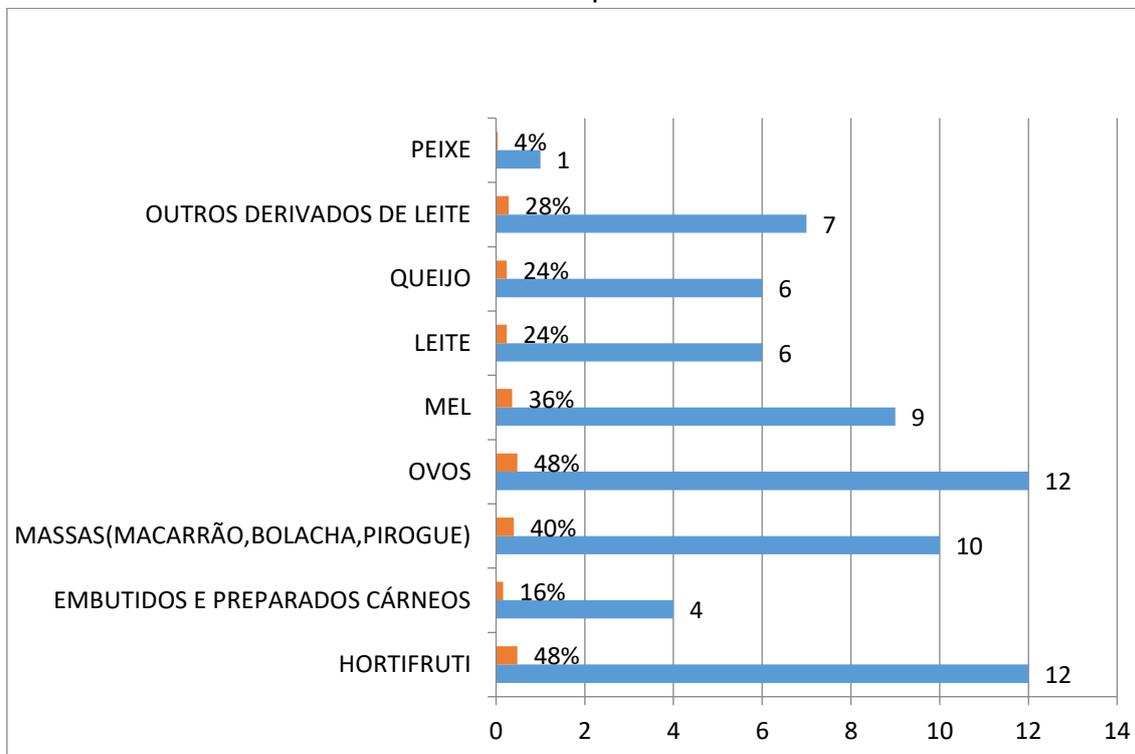
Com relação à exclusividade da atividade de renda, vinte entrevistados relatam que a fonte de renda é voltada somente da agricultura familiar e da comercialização dos seus produtos. Os outros 5 participantes também trabalham de forma autônoma para gerar um complemento na sua fonte de renda. De acordo com Almeida e Kudlavicz (2011), os agricultores familiares vêm trabalhando incansavelmente para obter uma vida digna no meio rural, “por meio de culturas por eles estipuladas”, buscando diferentes formas de diversificação para a geração de renda.

Analisa-se que dentre os produtos de origem animal, destacaram-se os ovos e o mel com o maior número de feirantes que os comercializam, seguidos pelos derivados de leite, queijo, embutidos ou preparados cárneos e peixe, conforme o observado no gráfico 1. O comércio realizado é em sua maioria ilegal, com a venda dos produtos de origem animal sem a devida inspeção.

Este tipo de comércio pode trazer riscos à saúde pública. Akutsu, *et. al.*, (2005) salienta que a qualidade higiênico-sanitária é um fator que está diretamente ligada à segurança alimentar, uma vez que as enfermidades transmitidas por alimentos são as maiores causas que contribuem para os índices de morbidade nos países da América Latina. O autor ainda afirma que “há necessidade de se verificar as condições higiênico-sanitárias em todos os

processos de produção de um alimento”, salientando a importância da fiscalização.

Gráfico 1 –Exposição percentual e numérica dos tipos de produtos comercializados pelos feirantes



Fonte. A autora, 2019.

Entre o grupo de entrevistados apenas dois feirantes possuem o registro no S.I.M, como pode ser verificado, em percentual, no gráfico 2. Verificando-se a localidade destes, um é munícipe de União da Vitória, que possui o selo de inspeção municipal para a venda de peixe; e o outro da cidade de Paula Freitas (PR), comerciante de embutidos e preparados cárneos, o qual possui seus produtos registrados com selo SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal).

Gráfico 2 – Percentual de feirantes que possuem SIM, em relação aos que não possuem registro municipal



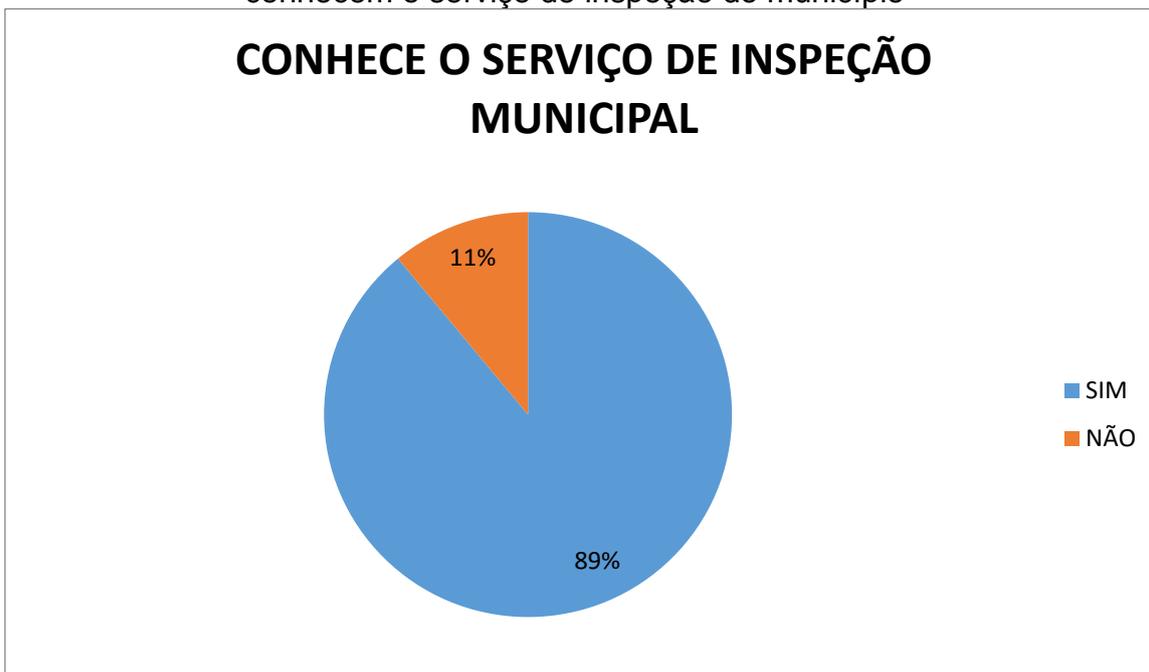
Fonte. A autora, 2019.

A lei municipal nº2250, de 27 de novembro de 1995, regulamenta o serviço de inspeção de produtos de origem animal, e institui as taxas a serem cumpridas pelos estabelecimentos com S.I.M, assim como especificações de estrutura adequada. Por conseguinte, ao analisar as exigências, percebe-se o grande número de feirantes que não possuem o serviço de inspeção instaurado para a fabricação dos seus produtos.

Alguns deles ainda relataram uma explícita falta de informações e orientações por parte dos órgãos municipais responsáveis, fato que aumenta ainda mais a distância entre vender um produto inspecionado ou sem o selo de inspeção. Quando questionados se conhecem o serviço de inspeção municipal (Gráfico 3), 88,9% relatam conhecer o Serviço de Inspeção Municipal e 11,1% declarou não conhecer.

Notou-se então que apesar da falta de orientações, a maioria tem consciência de que existe um setor municipal para auxiliar na garantia e qualidade de seus produtos.

Gráfico 3 –Relação percentual entre os feirantes que conhecem ou não conhecem o serviço de inspeção do município



Fonte. A Autora, 2019.

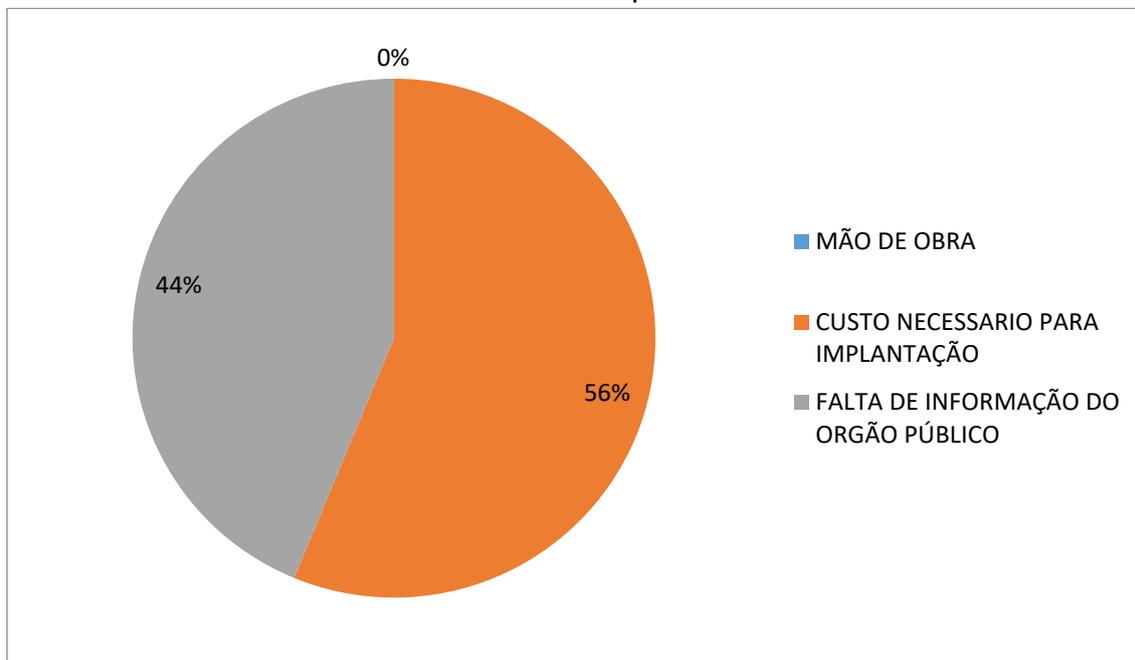
Segundo Prezotto (2013), considerando os casos em que o município já tem o SIM instituído, a não implementação de um sistema composto de fiscalização sanitária que una as três esferas de governo, tem determinado a inconsistência desses serviços voltados à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável, impondo principalmente dificuldades de grande proporção ao registro de produtos e de pequenos empreendimentos.

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios (2012), foi constatado que apenas 32,2% dos municípios possuem o Serviço de Inspeção Municipal de produtos de origem animal, criado por lei municipal. A região Sul se destaca nos índices de municípios com o Serviço de Inspeção com funcionalidade. No total 65,7% dos municípios do Rio Grande do Sul, 50,7% dos municípios do Paraná e 63,3% dos municípios de Santa Catarina possuem um S.I.M. atuante.

Dentro do contexto de finalização da análise, questionou-se aos feirantes quais seriam as possíveis dificuldades em aderir ao serviço de inspeção municipal (Gráfico 4), expondo no questionário três opções. O custo de implementação se destacou, com 56,3% das respostas, todavia em percentual considerável, 43,8% das pessoas argumentaram a falta de informação oferecida

pelo órgão público responsável. O quesito mão de obra não foi citado em nenhuma resposta, vindo de encontro ao conhecido esforço e dedicação dos trabalhadores do campo.

Gráfico 4 –Dificuldades para adesão ao S.I.M



Fonte. A autora, 2019.

Segundo Prezotto, (2013), a Confederação Nacional dos Municípios (CFM) destaca que é relevante o estabelecimento de um plano de ação, mapeando os estabelecimentos e produtos que devem ser inspecionados, assim como uma equipe de servidores necessários e capacitados para atender a demanda e levar a informação correta a esses pequenos agricultores.

A CFM também confere importância à disposição de auxílio com o custo necessário para a implantação que deve ser avaliado por cada município e também direcionados para aqueles pequenos agricultores que obtêm sua maior fonte de renda voltada para agricultura familiar. Ainda concordando com este mesmo autor, a Confederação Nacional da Agricultura (BRASIL, 2012), considera como ponto fundamental o esclarecimento e incentivo da normatização dos estabelecimentos que processam produtos de origem animal.

4 CONCLUSÃO

A qualidade e a garantia de um produto de origem animal estão diretamente ligadas com a forma utilizada para a sua produção e comercialização. De fato, um produto só pode conter essas características se passar pelo processo de inspeção seja ele federal estadual ou municipal. Faz-se necessário um trabalho de conscientização e informação, levando em consideração os padrões socioculturais e as dificuldades encontradas por pequenos comerciantes rurais para adesão ao Serviço de Inspeção Municipal.

Conclui-se que ainda que pareça um trabalho árduo, há necessidade de estabelecer uma proposta para que os feirantes da região tenham condições de melhorar seus produtos, do ponto de vista higiênico sanitário. A viabilização de um programa bem elaborado pelo setor público, pode estabelecer taxas menores de implementação e prazos para adequação de estruturas, facilitando a adesão ao S.I.M. Consequentemente, amplia-se a renda do produtor rural, agregando valor aos produtos com garantia de qualidade, conjuntamente com o aumento da receita municipal gerando maiores arrecadações de impostos, levando ao desenvolvimento regional.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

ALMEIDA, R. A.; KUDLAVICZ, M. **Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais**. Dourados: UFGD, 2011.

AKUTSU, R. C; BOTELHO, R. A; CAMARGO, E. B. Adequação de boas pratica de fabricação em serviço de alimentação. **Revista de Nutrição**. Campinas: v.18, p.419-427, 2005.

BADARÓ, A. C. L.; AZEREDO, R. M. C.; ALMEIDA, M. E. F. Vigilância sanitária de alimentos: uma revisão. **Revista de Nutrição - Nutrir gerais**. Ipatinga: v.1. n.1. ago-dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. RIISPOA - **Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal**. Brasília: DIPOA - Divisão de Normas Técnicas. 1997.

BRASIL. **Ministério da Agricultura da Agropecuária e Abastecimento**. Brasília: 1997.

BRASIL. Confederação Nacional dos Municípios. **A importância do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) na gestão Pública e para o desenvolvimento agroindustrial**. Brasília: 2012.

CÂMARA DE VEREADORES DE UNIÃO DA VITÓRIA. **Lei Municipal n. 2250**. União da Vitoria: 1995.

HELFAND, S.; PEREIRA, V. **A nova cara da pobreza rural: desafio para a política pública**. Brasília: 2012

MATTOS, S. **Comércio e produção de alimentos informais e tendências**. Laranjeiras do Sul: 2016.

MUTONE-SMITH, D. Promover as mulheres no agronegócio é a chave para o crescimento econômico. In: TRADWINDS. **Women Thrive Worldwide**. 2011. Disponível em:
<http://www.watradehub.com/ptpt/atividades/tradewinds/jan11/promover-mulheres-no-agronegocio-e-chavepara-o-crescimento-economico>. Acesso em: 03/11/18.

PREZOTTO, L. L. **Manual de orientações sobre constituição de serviço de inspeção municipal (SIM)**. Brasília: 2013.

SECRETARIA DE SAÚDE DE CURITIBA. **Atribuições do Serviço de Inspeção Municipal**. Disponível em:
<http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/index.php/vigilancia/sanitaria/servico-de-inspecao-municipal/atribuicoes-do-servico-de-inspecao-municipa>, acesso em 30/10/2018.

SILVA, V.; AMARAL, A.M.P. Segurança alimentar, comércio internacional e segurança sanitária. **Revista Informações Econômicas**. São Paulo: 2004.

SOUZA, F; MARCONDES, F. **Análise socioeconômico e desenvolvimento rural**. São Paulo: 2011.

VIEIRAFILHO, J. E. R. **Distribuição produtiva e tecnológica dos estabelecimentos agropecuários de menor porte e gestão familiar no Brasil**. À pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário Brasileiro. Brasília: 2013 p.177-199.

CONSUMO DE EMBALAGENS DE PAPELÃO PARA FAST-FOOD EM MEIO A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Ari Bicigo Junior
David Domingues
Junior Cesar Antunes
Jonatã da Silva Mariani

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo evidenciar o consumo de embalagens de papelão para *fast-food*. O presente ano foi marcado pela pandemia do novo coronavírus que por sua vez mudou os hábitos dos consumidores fazendo com que a demanda por embalagens de papelão para alimentos aumentasse significativamente. Para tanto foi utilizado dados de uma empresa do setor de embalagens de papelão para *fast-food* localizada no distrito da Palmeirinha em Guarapuava/PR, onde foi possível visualizar o consumo da população. Após análise das informações adquiridas e diante da situação desfavorável em que a sociedade se encontra, o presente artigo vem para expor o consumo elevado de embalagens no *delivery* evidenciando o lucro que este ramo vem obtendo dentro do período de maio a setembro de 2020.

Palavras-chave: *Delivery*. *Fast-food*. Papelão. Embalagem. Coronavírus.

ABSTRACT: This research aims to highlight the consumption of cardboard packaging for fast food. This year was marked by the pandemic of the new coronavirus, which in turn changed the habits of consumers, causing the demand for cardboard packaging for food to increase significantly. For this purpose, data from a company in the cardboard packaging sector for fast food located in the Palmeirinha district in Guarapuava/PR were used, where it was possible to visualize the population's consumption. After analyzing the information acquired and given the unfavorable situation in which the company finds itself, this article comes to expose the high consumption of packaging on delivery, showing the profit that this branch has been obtaining within the period from may to september 2020.

Keywords: Delivery. Fast food. Cardboard. Packing. Coronavirus

1 INTRODUÇÃO

Em meio à pandemia do novo coronavírus houve várias mudanças no comportamento dos consumidores devido ao isolamento social. Muitas pessoas passaram a preparar seu próprio alimento em casa e outras pessoas optaram pelo *delivery*. De acordo com Mortenson (2020), a opção de solicitar o serviço de entrega em domicílio tornou-se uma realidade concreta, tanto para entregas de compras de supermercado quanto para entregas de comida de restaurantes.

As empresas do ramo alimentício que não se adaptaram à nova realidade ficam vulneráveis à perda de clientes e podem chegar à falência. Segundo Scuada (2020), o *delivery* é uma necessidade de cobrir as perdas pelo fato de muitos eventos terem sido cancelados, depois do surgimento da pandemia do novo coronavírus o *delivery* se tornou uma questão de necessidade e não mais apenas de conveniência.

Sabe-se que nesse período pandêmico a procura por *fast-food* aumentou consideravelmente, o que levou muitos restaurantes a aumentarem o consumo por embalagens para transportar os alimentos. Mortenson (2020), por sua vez, realizou uma pesquisa para saber o alimento mais desejado durante esse período, e constatou que a pizza foi escolhida com 73%, seguida do hambúrguer, com 59%, sanduíches, 46%, e as massas, com 40% dos votos. Diante dessa pesquisa, de acordo com o site Tissue Online (2020), as embalagens de papelão já fazem parte do cotidiano de compras dos consumidores.

Diante desse quadro o presente artigo procura responder à seguinte questão: Como a pandemia no período de maio a setembro de 2020 influenciou no consumo de embalagens de papelão para *fast-food* na região de Guarapuava? Para solucionar essa questão serão utilizados dados de uma empresa que fornece embalagens para *fast food* nesta região, juntamente com referências bibliográficas. O presente artigo, por sua vez, tem como objetivo evidenciar o consumo de embalagens de papelão para *fast-food* em meio a pandemia do novo coronavírus.

2 PRAÇA OU CANAL DE DISTRIBUIÇÃO EM MARKETING

Para Araújo (2014) praça é a atividade de concretizar a transmissão de posse, incluindo a movimentação física de um produto. O canal de distribuição ou praça (como é mais conhecida no mundo do marketing) compõe os 4 p's do marketing que seriam o produto, preço, praça e promoção. A autora ressalta ainda, que de todos os elementos do composto mercadológico a distribuição é a menos aparente aos olhos do consumidor, porém nos dias atuais em meio a pandemia no novo coronavírus isso vem se transformando e a inovação das empresas está sendo nesse composto que está sendo super valorizado.

Logo para Silva (2018) a praça é responsável por visar a colocação no mercado, é onde você oferta e por onde os clientes chegam até os seus produtos. O *delivery* é um diferencial oferecido no composto de praça, onde o consumidor recebe o produto no conforto da sua casa.

3 TRANSPORTE DE ALIMENTOS NO *DELIVERY* EM MEIO À PANDEMIA

De acordo com Büll (2020), as vendas por *delivery* aumentaram quase 100% entre janeiro e maio de 2020 em comparação da mesma época do ano passado. Além disso, de acordo com uma pesquisa realizada pela Mobills, startup de finanças pessoais, a empresa analisou dados de mais de 160 mil usuários do aplicativo Mobills e foi descoberto que os gastos com aplicativos de *delivery* de comida cresceram 94,67% no período.

Segundo Bittencourt (2020), na elevação da pandemia evitar aglomerações não é uma recusa ao social, justamente pelo contrário, é uma consciente afirmação da prevalência da sociedade sobre nossa individualidade. Diante desse fato, muitas empresas que trabalham com o serviço de *delivery* tiveram que se adaptar e aprimorar seu atendimento a distância e aqueles que não tinham a opção de entrega se viram obrigados a adotar esse serviço. Com isso, o consumo de embalagens para transportar os alimentos teve um aumento significativo. Conforme Fagnani e Oliveira (2020), apesar da crise econômica provocado pela pandemia, o resultado positivo das indústrias que atuam no setor de papelão dá-se ao aumento do consumo de embalagens de papelão nos mais variados setores. Para Cordeiro e Neves (2020), a produção da indústria de papelão deve ser impulsionada ainda pela desvalorização cambial do real frente ao dólar, pois o aumento do preço do papel em reais tem estimulado o mercado consumidor a ampliar o estoque de embalagens.

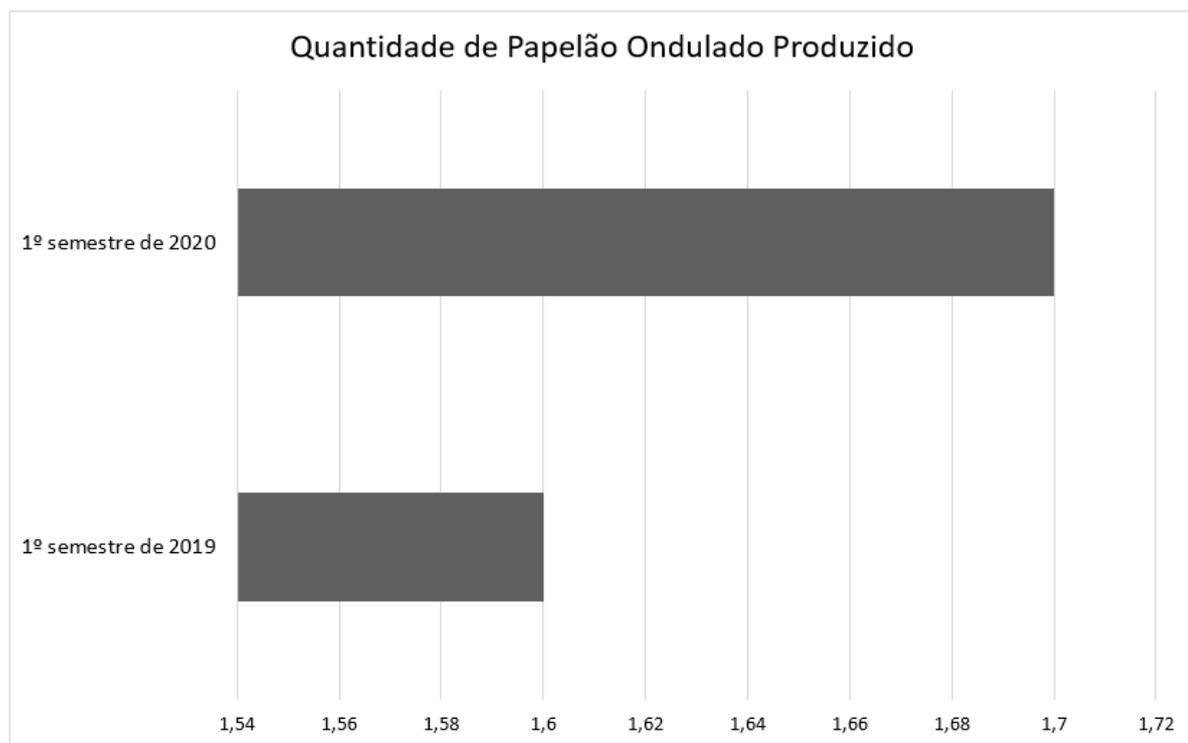
4 CONSUMO DE EMBALAGEM DE PAPELÃO NO *DELIVERY*

Um dos setores que está em constante crescente mesmo durante a pandemia é a indústria de papelão. De acordo com Ordoñez (2020), nos últimos seis meses muitas indústrias aumentaram sua produtividade acima dos patamares registrados antes da pandemia. De acordo com os conceitos da economia relacionado ao preço de oferta e demanda, o custo da embalagem aumentou de 10% a 20% nos últimos meses. O Instituto Brasileiro de Árvores (IBÁ) afirma que com a reabertura gradual do comércio a demanda por papelão reaqueceu rápido e fez com que os pedidos aumentassem acima da média.

Segundo Golfieri e Neto (2020), em 2020 o setor de papelão produziu mais de 36 mil toneladas a mais em relação ao mesmo período em 2019, ainda os autores afirmam que esse reflexo da pandemia exigiu que as empresas se adaptarem e criassem novas estratégias para atender a demanda.

O papelão mais utilizado na fabricação de embalagens denomina-se como papelão ondulado, onde é feito embalagens para pizzas, bolos, salgados e dentre outros alimentos. De acordo com a Associação Brasileira do Papelão Ondulado - ABPO a sua engenhosa combinação de capa e miolo proporciona uma ampla utilização na produção de embalagens para os mais variados tipos de produtos, facilitando assim o transporte, a armazenagem e a exposição do mesmo.

Gráfico 1: Quantidade de Papelão Ondulado Produzido em 2019 e 2020.



Fonte: O Globo (2020)

O gráfico 1 expõe uma comparação da quantidade de papelão produzida no 1º semestre de 2020 e 2019. O mesmo mostra que em 2020 foram produzidos 1,7 milhões de papelão, quantidade mais elevada do que o produzido no mesmo período em 2019 que foi de 1,6 milhões.

5 METODOLOGIA

A metodologia são os estudos utilizados para chegar a um resultado em uma pesquisa, para Deslandes e Minayo (2009, p.14) “inclui simultaneamente a teoria da abordagem (método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”.

Para Fachin (2006, p. 29), “todo trabalho científico deve ser baseado em procedimentos metodológicos, os quais conduzem a um modo pelo qual se realiza uma operação denominada conhecer, outra agir e outra fazer.” Pode ser também solicitada, pela falta ou pela desordem de informações que possam ser relacionadas ou requeridas ao problema (GIL, 2010).

Do ponto de vista da natureza, qualifica-se como pesquisa aplicada, segundo Gil (2010, p. 27) “são voltadas à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica. abordagem do problema”, pois utiliza de ferramentas aplicada, com base em acontecimentos que surgiram no ano de 2020.

A pesquisa caracteriza-se também como quantitativa, pois “consiste em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave” (LAKATOS, 2003, p. 187).

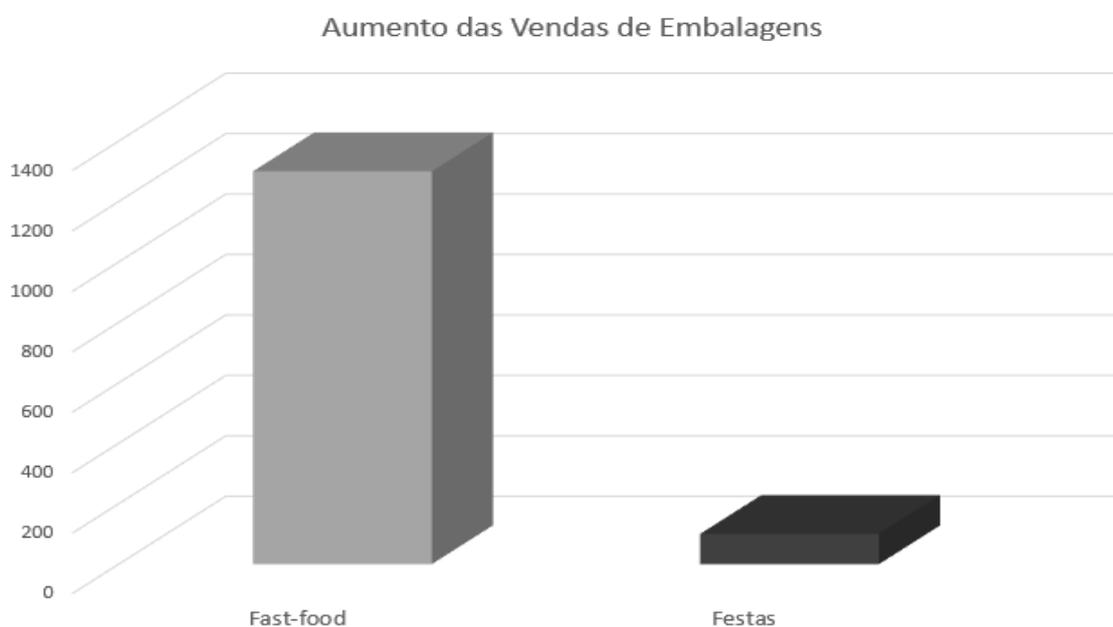
A presente pesquisa é definida como documental, pois “a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.” (FONSECA, 2002, p. 32).

Dos procedimentos técnicos, qualifica-se como pesquisa bibliográfica, pois sua base é elaborada a partir de material já publicado, tanto que a maioria de dissertações e teses publicadas juntamente com um estudo de caso em uma empresa fabricante de embalagens situada na Palmeirinha distrito de Guarapuava/PR.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em meio à pandemia da COVID-19 mais especificamente durante os meses de maio a setembro de 2020, notou-se um aumento considerável no número de entrega de comida, com base em dados fornecidos por uma empresa do ramo de fabricação de embalagens de comida no distrito da Palmeirinha em Guarapuava-Pr as vendas de embalagens para *fast-food* aumentaram conforme gráfico 2.

Gráfico 2: Aumento das vendas de embalagens



Fonte: Os Autores (2020)

De acordo com o gráfico 2 as vendas de embalagens para *fast-food* aumentaram de 30% a 40% logo as embalagens para alimentos de festas caiu aproximadamente 90% por conta da pandemia, onde sabe-se que os eventos foram suspensos e o número de pedidos de comida nas residências teve um aumento.

Outro fator que influenciou no aumento do consumo de embalagens de papelão foi o suporte financeiro que a população teve do governo federal chamado de Auxílio-Emergencial, com isso as empresas fabricantes de embalagens obtiveram um aumento nos pedidos resultando em um lucro inesperado em meio à crise causada pela COVID-19.

Na tabela 1 pode-se observar o valor das embalagens de papelão e seu lucro.

Tabela 1: Custo e lucro das embalagens de papelão

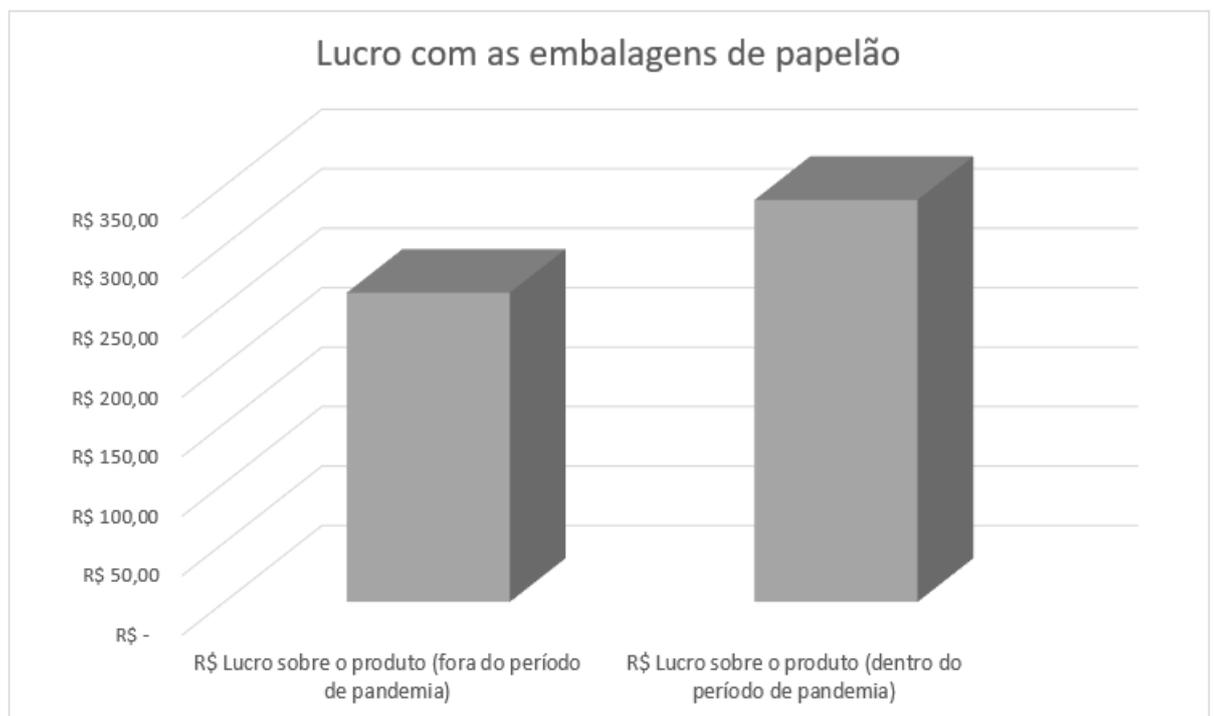
DADOS DO PRODUTO		DADOS FORA DO PERÍODO DE PANDEMIA	
R\$ Papelão	R\$ 1,23	Quantidade de unidades vendidas	1000
R\$ Gasto	R\$ 0,26	R\$ Total	R\$ 1.750,00
R\$ Lucro	R\$ 0,26	R\$ Lucro sobre o produto	R\$ 260,00
R\$ Produto final	R\$ 1,75		

DADOS DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA	
% de aumento nas vendas (durante a pandemia)	30%
Quantidade de unidades vendidas	1300
R\$ Total	R\$ 2.275,00
R\$ Lucro sobre o produto	R\$ 338,00

Fonte: Os Autores (2020)

A tabela 1 explica o lucro obtido com as embalagens de papelão fora e durante o período de pandemia, observa-se de fato que dentro do período de isolamento social o consumo aumentou impactando no lucro da empresa.

Gráfico 3: Lucro com as embalagens de papelão dentro e fora da pandemia



Fonte: Os Autores (2020)

O gráfico 3 é uma representação gráfica do exposto na figura 3, a mesma explana o lucro obtido no consumo de embalagens de papelão fora e durante do período de pandemia em 2020, destacando que durante os meses de isolamento social as empresas obtiveram um lucro inesperado.

7 CONCLUSÕES

Diante da questão levantada sobre a influência da pandemia do novo coronavírus no consumo de embalagens de papelão para *fast-food* durante os meses de maio a setembro de 2020, pode-se afirmar que o isolamento social influenciou significativamente no consumo de embalagens onde os pedidos via *delivery* tiveram uma crescente demanda, muitos dos consumidores optaram por pedir comida pronta ao invés de ir ao supermercado e preparar suas refeições.

O *delivery* dentro do período citado anteriormente, deixou de ser um serviço adicional que as empresas ofereciam, se tornando um atendimento essencial que as mesmas devem disponibilizar. Às organizações devem adaptar-se à nova realidade, não trazendo somente comodidade e sim segurança aos seus clientes. Com dados fornecidos por uma empresa do ramo de fabricação de embalagens de papelão assim explanado na figura 2, observa-se um aumento de 30% nas vendas de embalagens para *fast-food* resultando em um lucro conforme figura 3, que logo foi realizado uma comparação fora e durante o período de pandemia e observa-se o lucro na venda das embalagens de papelão.

Acredita-se que enquanto houver o isolamento social devido a pandemia do novo coronavírus e o auxílio-emergencial oferecido pelo governo federal, os valores explanados na presente pesquisa não sofram alterações negativas, pois o *delivery* de alimentos é atualmente um serviço indispensável, e a embalagem de papelão para *fast-food* é a melhor opção para transportar as refeições com segurança e a devida higiene.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fabrícia. **Praça ou canal de distribuição**. 2014. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/praca-ou-canal-de-distribuicao>. Acesso em: 23 out. 2020.

BITTENCOURT, Renato Nunes. **Pandemia, isolamento social e colapso global**. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52827/751375149744>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BÜLL, Patrícia. **Gastos com delivery crescem mais de 94% na pandemia**. 2020. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2020/07/08/gastos-com-delivery-crescem-mais-de-94-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 10 set. 2020.

CORDEIRO, João; NEVES, Manoel. Efeitos na Pandemia por Covid-19 no Setor de Papel e Celulose. **O Papel: A Natureza do Setor pela Gestão de Resíduos**, São Paulo, v. 167, n. 06, p. 32-32, 06 jun. 2020. Mensal. Disponível em: http://www.revistaopapel.org.br/edicoes_impresas/167.pdf. Acesso em: 27 ago. 2020.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** / Suley Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília Minayo (organizadora). 28. ed.- Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

FAGNANI, Carolina; OLIVEIRA, Vanessa de. **Mesmo em meio à pandemia, indústria de papelão segue forte**. Disponível em: <https://www.mazurky.com.br/ultimas-noticias/releases/mesmo-em-meio-a-pandemia-industria-de-papelao-segue-forte/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antonio carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa / Antonio Carlos Gil**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

GOLFIERI, Daniela; ARCÍLIO NETO,. **Fabricantes de embalagens comemoram crescimento das vendas na pandemia: Setor de papelão**

produziu mais de 36 mil toneladas a mais no primeiro semestre de 2020 se comparado a 2019. Demanda impacta diretamente na geração de empregos. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2020/08/24/fabricantes-de-embalagens-comemoram-crescimento-das-vendas-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2020.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MORTENSON, Norma. **Delivery deve continuar crescendo no pós-pandemia.** 2020. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2020/05/26/delivery-deve-continuar-crescendo-no-pos-pandemia.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ORDOÑEZ, Ramona. **Consumo de papelão e embalagens aumenta na pandemia, e preços sobem até 20%:** Na contramão da crise, produção do setor dispara para acompanhar comércio on-line e delivery dos restaurantes. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/consumo-de-papelao-embalagens-aumenta-na-pandemia-precos-sobem-ate-20-24627918>. Acesso em: 10 set. 2020.

SCUADRA. **O que esperar do setor de delivery de comida em meio ao coronavírus?:** coronavírus e o delivery no brasil. Coronavírus e o delivery no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.scuadra.com.br/blog/o-que-esperar-do-setor-de-delivery-de-comida-em-meio-ao-coronavirus/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Setor de papel e papelão para embalagens segue em crescimento. Tissue Online. Bragança Paulista. 29 de Março de 2020. Disponível em: <https://tissueonline.com.br/setor-de-papel-e-papelao-para-embalagens-segue-em-crescimento/> . Acesso em: 09 nov. 2020.

SILVA, José Paulo Pereira. **Os 4Ps de Marketing**: pilares do sucesso. Pilares do sucesso. 2018. Disponível em: <https://www.idealmarketing.com.br/blog/4ps-de-marketing/>. Acesso em: 26 out. 2020.

EFICIÊNCIA DA INOCULAÇÃO DE RIZOBACTÉRIA NA EMERGÊNCIA DE PLÂNTULAS DE CEBOLA

Jhenifer Aparecida Wonsovicz
Samara Alves Testoni

RESUMO: A inoculação com rizobactéria beneficia inúmeras culturas, desde a germinação até o período de depós colheita, incrementando a produção e qualidade agrícola. Este trabalho teve como objetivo determinar a eficiência da inoculação de *Azospirillum brasilense* na taxa de emergência da cultura da cebola (*Allium cepa*), sob diferentes dosagens e modos de aplicação. O experimento foi conduzido sob ambiente controlado, em casa de vegetação situada na zona rural da comunidade do Segundo Faxinal dos Castilhos, pertencente ao município de Lapa, estado do Paraná. Para a condução do experimento, utilizou-se delineamento experimental inteiramente casualizado, com cinco repetições e onze tratamentos. A inoculação de *A. brasilense* foi efetuada sob 2 (dois) modos de aplicação: via sementes e via sulco. A aplicação via sementes foi realizada nas dosagens de 50 ml, 100, 200 e 300 ml de inoculante para cada 2 kg de semente, enquanto a aplicação via sulco foi efetuada nas dosagens de 100, 200, 300, 400, 500 e 600 ml de inoculante por hectare. As taxas de emergência foram analisadas diariamente, e as médias destas taxas foram submetidas ao teste de Tukey, com 1 e 5% de probabilidade. Os resultados indicaram que a inoculação com *A. brasilense* na cultura da cebola apresentou efeitos na taxa de emergência de plântulas e na uniformidade, com valores superiores em relação à testemunha, para todas as dosagens e modos de aplicação. Além destes resultados satisfatórios, observou-se também que a inoculação via sulco na dosagem de 100 ml ha⁻¹, gerou resultados superiores tanto na uniformidade plantas quanto na taxa de emergência. Sugere-se, portanto, que o inoculante composto por *A. brasilense* pode ser uma ferramenta útil a ser inserida no sistema de cultivo da cebola, pois auxilia em fatores fundamentais para o incremento da produção.

PALAVRAS-CHAVE: *Azospirillum brasilense*. Dose. Modos de aplicação. *Allium cepa*.

ABSTRACT: The inoculation with rhizobacteria benefits numerous crops, from germination to the post-harvest period, increasing production and agricultural quality. This study aimed to determine the efficiency of *Azospirillum brasilense* inoculation in the emergence rate of onion (*Allium cepa*) culture, under different dosages and application modes. The experiment was conducted under a controlled environment, in a greenhouse located in the rural area of the community of the Second Faxinal dos Castilhos, belonging to the municipality of Lapa, State of Paraná. For the conduction of the experiment, a completely randomized experimental design was used, with five replicates and eleven treatments. The inoculation of *A. brasilense* was performed under 2 (two) application modes: via seeds and via furrow. The application via seeds was carried out at the dosages of 50 ml, 100, 200 and 300 ml of inoculant for each 2 kg of seed, while the application via furrow was carried out at the dosages of 100, 200, 300, 400, 500 and 600 ml of inoculant per hectare. The emergency rates were analyzed daily, and the means of these rates were submitted to the Tukey test, with 1 and 5% probability. The results indicated that inoculation with *A. brasilense* in onion culture showed effects on seedling emergence rate and uniformity, with higher values in relation to the control, for all dosages and modes of application. In addition to these satisfactory results, it was also observed that the inoculation via furrow at the dosage of 100 ml ha⁻¹, generated superior results both in plant uniformity and in the emergence rate. It is suggested, therefore, that the inoculant composed by *A. brasilense* can be a useful tool to be inserted in the onion cultivation system, as it helps in fundamental factors for the increase of production.

KEYWORDS: *Azospirillum brasilense*. Dose. Application modes. *Allium* strain.

1 INTRODUÇÃO

A cebola (*Allium cepa*) é uma cultura de grande importância econômica, onde o maior produtor mundial é a China, que em 2012 apresentou uma área semeada de 1.025.000 hectares, com uma produção de 22.6000.000 toneladas. Entretanto, na América do Sul, o Brasil é o maior produtor, abrangendo área semeada de 60.931 hectares, e uma produção de 1.519.322 toneladas. A nível de estado, a produção média do estado do Paraná em 2012, foi de 7.449 hectares, perfazendo uma produção de 163.441 toneladas (SOUZA; ASSIS; ARAÚJO, 2015).

Sendo uma cultura economicamente importante, tanto a nível mundial quanto nacional e regional, tecnologias que resultem no incremento da produtividade da cebola são requeridas, sendo de suma importância. Neste sentido, as BPCP (bactérias promotoras de crescimento de plantas) podem constituir uma alternativa eficaz, deste modo, estes organismos não são patogênicos, e podem ser utilizados de diferentes formas para otimizar o sistema produtivo (MARIANO et al., 2013). Comumente, o inoculante com *A. brasiliense* é utilizado via tratamentos de sementes, porém, a mesma apresenta penetração passiva na planta, tornando possível a realização de outros modos de aplicação (ANDRADE et al., 2019), como via pulverização na parte aérea da planta, tratamento de estacas, ou ainda, com incorporação via sulco de semeadura (MARIANO et al., 2013).

O Brasil utilizou comercialmente a partir de 2010 bactérias diazotróficas associativas, pertencente ao gênero *Azospirillum brasiliense*, na qual são recomendadas para as culturas do milho (*Zea mays*) e trigo (*Triticum aestivum*), entretanto, com estudos avançados, a utilização para outras gramíneas e leguminosas foram comprovadas (FERNANDES; SOUZA; SANTOS, 2018).

É válido destacar que as bactérias que habitam a rizosfera das plântulas estabelecem relações simbióticas (HARTHMANN, 2009), tais como as rizobactérias. O *A. brasiliense* constitui-se por uma bactéria promotora de crescimento que auxilia no desenvolvimento de plantas por uma série de benefícios. Estes benefícios podem ser relacionados à fixação do nitrogênio atmosférico (DI BARBARO; PERNASETTI; STEGMAYER, 2005), produção de hormônios como auxina e citocininas (os quais auxiliam no desenvolvimento do

sistema radicular), solubilização de fosforo, entre outros, além de aumentar a altura de plantas, incrementar a massa da matéria seca, a área foliar, o número de folhas, o desempenho das mudas, e a produtividade (MARIANO et al., 2013), contribuindo para uma maior tolerância aos estresses abióticos e bióticos (HARTHMANN, 2009).

Durante o ciclo de uma cultura, as fases iniciais tendem a ser decisivas no sucesso da produção, pois são períodos em que podem ocorrer elevadas taxas de mortalidade. Neste contexto, a inoculação com BPCP pode contribuir para um maior vigor, permitindo um desenvolvimento eficiente em condições de estresse, além de ser decisivo para determinar incrementos na produção (DARTORA et al., 2013), na qual, é essencial que ocorra uma germinação eficiente, emergência rápida e uniforme das sementes (BERNARDINO et al., 2018).

A qualidade e desempenho da emergência, é influenciada por inúmeros fatores, como tratamento químicos, fisiológicos e físicos realizados nas sementes (HÖLBIG; BAUDET; VILLELA, 2011). Através da inoculação *A. brasiliense* em cereais, constata-se que a taxa de germinação e biomassa apresentam valores elevados em função da produção de substâncias como ácido indolacético, citocininas, giberelinas e sideróforos (DI BARBARO; PERNASETTI; STEGMAYER, 2005), o que também é possível de ser observado utilizando-se estirpes de rizobactérias em diferentes culturas, regiões e tipos de solo (HARTHMANN, 2009).

Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo avaliar a influência e viabilidade da inoculação de *Azospirillum brasiliense* na taxa de emergência de plântulas de cebola (*Allium cepa*) sob diferentes doses e modos de aplicação, visando a uniformidade e qualidade de plantas.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada sob ambiente controlado, em casa de vegetação, localizada na comunidade rural do Segundo Faxinal dos Castilhos, município da Lapa, estado do Paraná, sob as coordenadas 25°50'60.0"S e 49°59'20.2"W, e altitude de 980 metros.

O delineamento experimental utilizado foi inteiramente casualizado, com 11 (onze) tratamentos e 5 (cinco) repetições, utilizando-se dois modos de aplicação (via sulco e semente). O inoculante utilizado foi composto de *Azospirillum brasilense*, com as estirpes AbV5 e AbV6, contendo 2×10^8 Ufc/ml. No tratamento via semente utilizou-se doses de 50, 100, 200 e 300 ml para cada 2 kg de semente, e no tratamento via sulco utilizou-se doses de 100, 200, 300, 400, 500 e 600 ml por hectare, com uma testemunha sem tratamento de inoculante para efeitos de comparação.

A cultivar da cebola utilizada foi a Rubra, com ciclo semi tardio (160 a 180 dias), contendo taxa de germinação de sementes de 92 % e pureza equivalente a 100 %. As sementes foram acomodadas em sacos de polietileno (25 X 25 cm), contendo substrato com matéria prima de casca de pinus, torta vegetal e turfa, pertencente a classe A.

Cada repetição foi composta por 10 (dez) sementes semeadas a 1 cm de profundidade. O sistema de irrigação foi efetuado diariamente, com um irrigador, mantendo uma umidade na faixa de 70 % a 100 % da água disponível no solo. A avaliação da taxa do processo de emergência (figura 1) foi realizada diariamente até os 14 dias após a semeadura. As médias das taxas de emergência foram submetidas à análise de variância e comparadas pelo teste de Tukey, a uma probabilidade de 5% e 1%.

Figura 1 – Emergência de plântulas de cebola (*Allium cepa*)



Fonte: Os autores (2020).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio de análise de variância, observou-se o efeito significativo na taxa de emergência para a inoculação de *A. brasiliense* sob diferentes dosagens e modos de aplicação (Tabela 1), demonstrando sua eficiência e viabilidade na cultura da cebola.

Tabela 1: Eficiência média (%) da inoculação de *Azospirillum brasiliense* na emergência de plântulas de *Allium cepa* sob diferentes doses e modos de aplicação.

Dose (ml)	Dias de avaliação após a semeadura							
	7	8	9*	10*	11*	12**	13**	14
	ns	ns						ns
Tratamento via semente								
50	6	14	56 ab	78 a	92 a	98 a	98 ab	98
100	2	20	60 ab	82 a	94 a	96 a	96 ab	98
200	4	16	62 ab	84 a	92 a	94 ab	96 ab	96
300	4	10	60 ab	72 ab	84 ab	88 ab	88 ab	88
Tratamento via sulco								
100	8	24	74 a	84 a	92 a	92 ab	96 ab	100
200	2	10	58 ab	76 a	90 a	94 ab	96 ab	96
300	6	26	60 ab	66 ab	82 ab	82 ab	82 ab	88
400	2	22	50 ab	70 ab	84 ab	90 ab	90 ab	90
500	4	14	62 ab	80 a	90 a	100 a	100 a	100
600	10	20	60 ab	72 ab	82 ab	94 ab	94 ab	94
0	2	8	24 b	42 b	56 b	72 b	76 b	84

Fonte: Os autores (2020). Ns não significativo; * significativo a 1% e ** significativo a 5%.

Não se observou diferença estatística das variáveis de emergência submetidas ao 7, 8 e 14 dias após a semeadura, entretanto no 12 e 13 dias após

a semeadura foi significativo a probabilidade de 5% e ao 9, 10 e 11 na probabilidade significativa a 1%.

A emergência das plântulas de cebola mostrou-se eficiente em relação à testemunha na presença de *A. brasiliense*. Destaque pode ser dado aos 9 (nove) dias após a semeadura para a dose de 100 ml ha⁻¹, aplicado via sulco com 74% de taxa de emergência, entretanto, sem a presença de inoculante, uma taxa inferior a 24%.

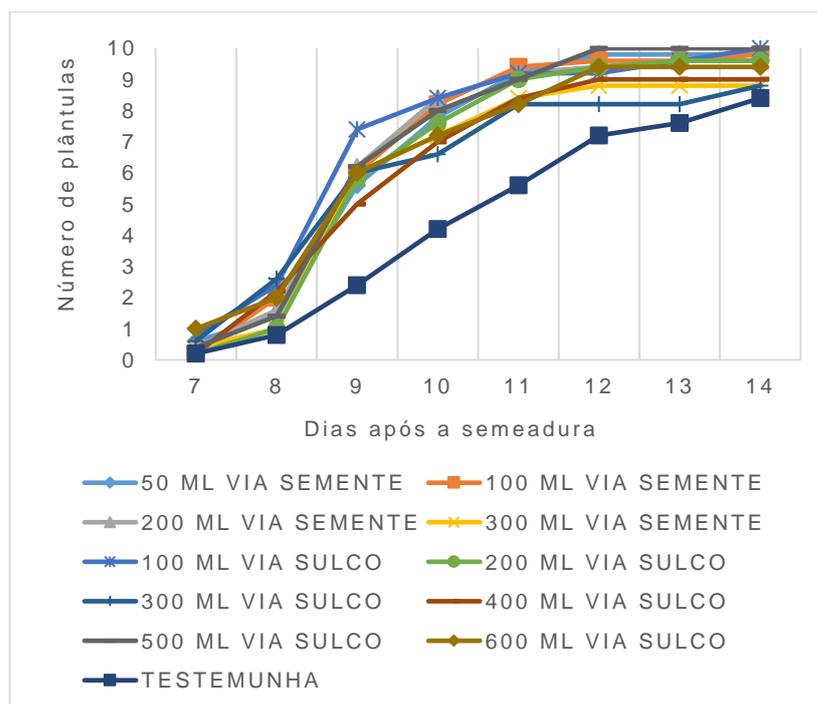
Resultados similares foram observados em plântulas de cártamo (*Carthamus tinctorius* L.), no trabalho de Maziero et al. (2017), onde obteve-se eficiência de 92% com a inoculação, diferenciando-se significativamente em relação à ausência de inoculação, a qual gerou resultados inferiores a 60%.

Os resultados obtidos neste trabalho inferem que os compostos produzidos por essas estirpes de BPCP, como a produção de giberelinas, interferem diretamente em processos como crescimento do embrião, quebra de dormência e qualidade e uniformidade da emergência (FLORENTINO et al., 2017), apresentando reflexos na taxa de emergência e qualidade de plantas.

Em relação aos modos de aplicação, os resultados foram similarmente satisfatórios. Entretanto, observou-se uma maior taxa de emergência inicial via sulco, e, posteriormente, ambos modos de aplicação tendem a se igualar neste quesito, diferenciando-se principalmente em função das doses de inoculação.

Aos 10 (dez) dias após a semeadura, as doses via semente de 50, 100, e 200 ml designados para 2 kg de sementes, apresentaram 78, 82 e 84% de taxa de emergência, respectivamente, na qual estes valores mostraram-se superiores aos valores observados para a testemunha, em torno de 36 a 42%. Neste mesmo período, a inoculação via sulco nas doses de 100, 200 e 500 ml ha⁻¹ apresentou taxa de emergência superior quando comparada ao tratamento sem inoculação, em torno de 42, 34 e 38%, respectivamente, como mostra no gráfico 1.

Gráfico 1: Eficiência na emergência de plântulas de cebola.



Fonte: Os autores (2020).

O uso do inoculante à base de *A. brasiliense* constitui uma tecnologia de controle biológico economicamente viável na fase inicial de desenvolvimento de plântulas (DI BARBARO; PERNASETTI; STEGMAYER, 2005), fundamental para a obtenção rápida e uniforme de germinação e emergência de plântulas (BERNARDINO et al., 2018). Esta fase inicial pode ser crucial no ciclo da cultura da cebola, pois implicará diretamente em seu desenvolvimento, assim como poderá interferir na necessidade de tratamentos culturais, principalmente na aplicação de herbicidas pós-emergentes. Notou-se que na dosagem de 100 ml ha⁻¹, este parâmetro foi melhorado em até 50% aos 9 dias após a semeadura em comparação ao tratamento com testemunha, ocasionado uma redução do intervalo de emergência em 3 dias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inoculação de *Azospirillum brasiliense* apresentou efeitos positivos na emergência de plântulas de cebola (*Allium cepa*), gerando maior qualidade e uniformidade de plantas, requisitos fundamentais no incremento da produtividade a campo, e benefícios sendo gerados diretamente nas características da cultura.

Dentre os modos de aplicação e doses testados, a aplicação via sulco com 100 ml/ ha⁻¹ apresentou maior porcentagem de taxa emergência em um menor período após a semeadura. Adicionalmente, observou-se que, após esse período, ocorreu uniformidade em relação à inoculação, diferenciando-se apenas da testemunha.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Agner de Freitas et al. Modos de inoculação de *Azospirillum* brasileiro em milho e sorgo. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, v. 49, 2019.
BERNARDINO, Dayana Lúcia Mota Pinheiro et al. Efeitos de rizobactérias e substratos na qualidade fisiológica de sementes de alface. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 41, n. 2, p. 31-40, 2018.

DARTORA, Janaína et al. GERMINAÇÃO DE SEMENTES E DESENVOLVIMENTO INICIAL DE PLÂNTULAS DE MILHO E TRIGO INOCULADAS COM ESTIRPES DE *Azospirillum* brasileiro E *Herbaspirillum seropedicae*-10.14688/1984-3801. v06n03a20. **Global Science and Technology**, v. 6, n. 3, 2013. Disponível em: <<https://rv.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/gst/article/view/392/355>>. Acesso em: 14 Jul. 2020.

DI BARBARO, G.; PERNASETTI, S.; STEGMAYER, A. Evaluación del efecto de *Azospirillum* brasileiro en la germinación y emergencia del pimiento pimentonero (*Capsicum annuum* L. var trompa de elefante). **Revista del CIZAS**, v. 6, n. 12, p. 74-85, 2005. Disponível em: <<http://www.sidalc.net/cqj-bin/wxis.exe/?IsisScript=bibunfa.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mfn=013620>>. Acesso em: 14 Jul. 2020.

FERNANDES, Manlio Silvestre; SOUZA, Regina de; SANTOS, Leandro Azevedo. **Nutrição mineral de plantas**. 2.ed. Viçosa: SBCS, 2018.

FLORENTINO, LIGIANE A. et al. Inoculation of indole-3-acetic acid producing bacteria in lettuce (*Lactuca sativa* L.) plants. **Revista Colombiana de Ciencias Hortícolas**, v. 11, n. 1, p. 89-96, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-21732017000100089>. Acesso em: 14 Jul. 2020.

HARTHMANN, Oscar Emilio Ludtke. **Microbiolização de sementes com rizobactérias na produção de cebola**. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Oscar_Harthmann/publication/26981015>

[Microbiolizacao de sementes com rizobacterias na producao de cebola/links/54ca36430cf2517b755dcc1c.pdf](https://www.uniguacu.edu.br/revistas/revista-de-estudos-vale-do-iguacu/revista-de-estudos-vale-do-iguacu-36-2020-02/microbiolizacao-de-sementes-com-rizobacterias-na-producao-de-cebola/links/54ca36430cf2517b755dcc1c.pdf)>. Acesso em: 14 Jul. 2020.

HÖLBIG, Letícia Dos Santos; BAUDET, Leopoldo; VILLELA, Francisco Amaral. Hidrocondicionamento de sementes de cebola. **Revista Brasileira de Sementes**, v. 33, n. 1, p. 171-176, 2011.

MARIANO, Rosa de Lima Ramos et al. Importância de bactérias promotoras de crescimento e de biocontrole de doenças de plantas para uma agricultura sustentável. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, v. 1, p. 89-111, 2013. Disponível em: <<http://journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/70/70>>. Acesso em: 14 Jul. 2020.

MAZIERO, Claudia Luiza et al. Emergência e desenvolvimento inicial de plântulas de Cártamo (*Carthamus tinctorius* L.) inoculadas com *Azospirillum Brasilense*. **Acta Iguazu**, v. 6, n. 5, p. 104-113, 2017. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/actaiguazu/article/view/18475>>. Acesso em: 14 Jul. 2020.

SOUZA, Rovilsom José de; ASSIZ, Rodrigo Pereira de; ARAÚJO, Júlio César de. **Cultura da cebola: tecnologias de produção e comercialização**. Lavras: UFLA, 2015.

ENSINO MÉDIO: CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PERSPECTIVAS NO SÉCULO XXI

Kelli Regina Gonsalves dos Santos Assunção¹
Argos Gumbowsky²

RESUMO: Este estudo visou apontar a evolução do ensino médio, perpassando pelo contexto das políticas educacionais e adentrando em suas perspectivas e desafios no cenário educacional brasileiro na segunda década do século XXI. Teve como objetivo, adentrar de maneira metódica no emaranhado de condição referenciada a fim de propor ao leitor percorrer as questões relativas ao ensino médio, fazendo um recorte temporal, desde a década de 1930 até os dias atuais. Constituiu-se em um estudo introdutório que teve na pesquisa bibliográfica o seu arcabouço metodológico. Dentre os autores pesquisados, citam-se: BUENO (2000), CANAN (2016), CUNHA (1977), KUENZER (2000) e SAVIANI (2011) além da legislação específica. O ensino médio no Brasil teve início com a chegada da Companhia de Jesus. O Brasil Império teve como uma das principais marcas o Colégio de Pedro II cuja finalidade era acolher a elite da época. Na Primeira República, o curso secundário conviveu com inúmeras reformas sem, no entanto, definir sua real finalidade. A partir do governo de Getúlio Vargas a política para o ensino médio no Brasil comprometeu - se com o Desenvolvimento Econômico. Decorrentes das mudanças no quadro político de 1964, foram implantadas as políticas de profissionalização do ensino médio pela Lei 5692/71. A década de 1990, foi de grande significação para a educação brasileira no quesito de políticas implantadas a fim de melhorar e fortalecer os aspectos educacionais no Brasil. No século XXI compreende-se o quanto o ensino médio depende da contribuição acadêmica a fim de entender o direcionamento a ser seguido.

Palavras-chave: Ensino médio. Políticas públicas em educação. História da educação. Desigualdades Socioeducacionais.

RESUMO: This study aimed to point out the evolution of secondary education, covering the context of educational policies and its perspectives and challenges within the Brazilian educational scenario in the second decade of the 21st century. It had the objective of methodically addressing the entanglement of referenced conditions, in order to propose that the reader go through the issues relative to secondary education, creating a temporal excerpt, from the 1930s to the present day. An introductory study was constituted, that had its methodological framework based on bibliographical research. Among the authors researched, the following are cited: BUENO (2000), CANAN (2016), CUNHA (1977), KUENZER (2000) and SAVIANI (2011) in addition to specific legislation. Secondary education in Brazil began with the arrival of the Society of Jesus. The Empire of Brazil had, as one of its main milestones, the Pedro II High School, whose purpose was to welcome the elites of that period. During the First Republic, secondary education underwent numerous reforms without, however, determining its real purpose. Under the Getúlio Vargas administration, the policy for secondary education in Brazil was committed to Economic Development. Because of changes in the political framework of 1964, policies for the professionalization of secondary education were implemented by means of Law 5692/71. The 1990s were of great significance for Brazilian education in terms of policies implemented to improve and strengthen educational aspects in Brazil. In the 21st century, it is understood how secondary education depends on academic contribution in order to understand the direction to be followed.

Keywords: Secondary Education. Public policies in education. History of education. Socio-educational inequalities.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado. Canoinhas. Santa Catarina, Brasil.

² Doutor em Educação. Programa *stricto sensu* em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado. Canoinhas. Santa Catarina, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo visou apontar a evolução do ensino médio, perpassando pelo contexto das políticas educacionais e adentrando em suas perspectivas e desafios no cenário educacional brasileiro na segunda década do século XXI. Trouxe uma temática de significativa pertinência, estimulando a reflexão quanto a sociedade que se deseja em um futuro próximo. Que futuro aguarda as gerações advindas desse sistema educacional? Esta agregação passa por constantes mudanças, oportunizando ao jovem uma condição perplexa de futuro aprendiz inerente a uma autonomia ainda não conquistada.

Sabe-se o quanto o ensino médio enfrenta dificuldades para definir sua identidade ao longo da história educacional brasileira. Segundo Kuenzer (2000, p. 13)

[...] a história do Ensino Médio no Brasil revela as dificuldades típicas de um nível de ensino que, por ser intermediário precisa dar respostas à ambiguidade gerada pela necessidade de ser ao mesmo tempo, terminal e propedêutico. Embora tendo na dualidade estrutural a sua categoria fundante, as diversas concepções que vão se sucedendo ao longo do tempo, refletem a correlação de funções dominantes em cada época, a partir da etapa de desenvolvimento das forças produtivas.

Este artigo teve como objetivo adentrar de maneira metódica no emaranhado de condição referenciada a fim de propor ao leitor percorrer as questões referentes ao ensino médio, fazendo um recorte temporal desde a década de 30 até os dias atuais.

2 ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

O ensino médio no Brasil teve início com a chegada da Companhia de Jesus. Caracterizava-se pela rigidez disciplinar com o objetivo claro de ser direcionada para a religiosidade do catolicismo. Neste período, os jesuítas preocupavam-se com o aporte de ideias conduzidas ao aspecto educacional retrocedido ao sistema catequizador para fortalecer as bases religiosas no Brasil por meio da educação. Apenas a elite tinha acesso ao sistema educacional no período colonial. Esta conjuntura começou a declinar em meados do século XVIII, pois não atendia aos interesses econômicos da metrópole.

Conforme o autor Saviani (2002, p. 187), pelo Alvará de 28 de junho de 1759 foi que “ se determinou o fechamento dos colégios jesuítas, introduzindo-

se, posteriormente, as ‘aulas régias’ a serem mantidas pela Coroa”. Mas a intenção de se desfazer dos conteúdos aplicados pelos jesuítas foi em vão, pois os professores formados pelos jesuítas, continuavam a repassar os conteúdos de acordo com o que lhes fora ensinado.

O Brasil Império teve como uma das principais marcas o Colégio de Pedro II cuja finalidade era acolher a elite da época. Ele era considerado o padrão de ensino secundário e a única Instituição a realizar os exames que possibilitavam o ingresso nos cursos superiores. De acordo com Gondra; Schueler (2008, p. 126) “ Em geral, o ensino secundário — tanto os colégios e as aulas isoladas, como os cursos preparatórios — funcionavam como uma ponte de passagem, momento de preparação para os exames de ingresso nos cursos superiores do Império. ”

Na Primeira República, o curso secundário conviveu com inúmeras reformas sem, no entanto, definir sua real finalidade.

Anísio Teixeira (1900-1971), defensor da Escola Nova, propunha uma escola de autonomia, publica e de qualidade em todo o território nacional. Esta proposta incluía o ensino médio nas suas diferentes modalidades.

A partir de 1932, o ensino médio ganhou vigor econômico mais apurado, estimulado pela revolução industrial que se iniciou no Brasil. “Para as elites, havia uma trajetória: o ensino primário, seguido pelo ensino secundário propedêutico, completado pelo ensino superior, este sim dividido em ramos profissionais. ” (Kuenzer, 2000, p.27). Já, para as classes pobres, o ensino secundário viria com a preparação para o mercado de trabalho.

A partir do governo Vargas (1930-1945; 1951-1954), a política para o ensino médio no Brasil comprometeu - se com o Desenvolvimento Econômico a partir das vertentes do capitalismo, atribuindo poder às empresas e fortalecendo os ramos da indústria e do capital. O sistema operacional elencado desde então seria o de que o ensino médio tornar-se-ia alvo de ideias pedagógicas advindas do capital ao invés do conhecimento e do aprendizado para a formação de seres críticos e atuantes em suas sociedades. Desde então, o Ensino Médio em sua perspectiva local, disseminou e se sustentou no fato de que a empresa necessita de profissionais qualificados para o mercado de trabalho. Conforme o autor Bueno (2000, p.14), “A ideia de trabalho é, assim, indissociável da ideia de ensino médio. ”

. Sabe-se que o capitalismo gerado por máquinas e professores de máquinas sempre rondou o ensino médio, desde a época do governo Getúlio Vargas, o qual também se preocupou com o aspecto fundamental do aprendizado para o mercado de trabalho. Sendo assim, fortaleceu as demandas de mão de obra, mas atendeu as expectativas deles de serem remunerados e sendo beneficiados pela previdência e direitos trabalhistas. Sabe-se a importância que isso teve para o Brasil desde então, mas a questão trabalhista sempre pertenceu a baixos salários e condições de extrema fundamentação teórica para o mercado de trabalho engessado. Em pleno século XXI, calcula-se a dimensão desta política para milhares de brasileiros garantirem o seu sustento durante a aposentadoria. Para o autor Saviani ((2011, p.369):

Difundiram-se, então, ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo) ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão “ pedagogia tecnicista.

Os movimentos tecnicistas advindos da era Vargas queriam que o capital fosse a principal forma de ingresso ao mercado de trabalho, no entanto o comércio local permaneceu intacto até o comunismo ser implantado pelos ditadores. Portanto, surgiu o tempo do sarcasmo político, do apadrinhamento de oportunidades, de esquerda e direita serem compassíveis com as punições de grupos de extermínio, de facções de governantes e presidentes serem perpetuados pelo seu domínio excessivo de poder.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL E SUA ARTICULAÇÃO QUANTO A SUA CONCEPÇÃO NOS ESTADOS BRASILEIROS A PARTIR DE SUA IMPLANTAÇÃO

Nesta unidade, adentrou-se as leis implantadas no sentido de configurar o ensino médio no Brasil e estabelecer diretrizes capazes de aprimorar a legislação vigente para a normatização de questões referentes ao ensino no Brasil, principalmente no que se refere a educação básica.

Segundo Saviani (2011 p.305) “[...] a Lei federal n 4.024/1961, a primeira LDB, entra em vigor em 1962”, tendo como articulador Anísio Teixeira, que declarou: “embora a LDB, tenha deixado muito a desejar em relação às

necessidades do Brasil na conjuntura de sua aprovação, ele considerou uma vitória a orientação liberal, de caráter centralizador, que prevaleceu no texto da lei.” Segundo Saviani (1994, p.3), ainda:

Não podemos ludibriar essa consciência. O dever do governo - dever democrático, dever constitucional, dever imprescritível - é o de oferecer ao brasileiro uma escola primária capaz de lhe dar a formação fundamental indispensável ao seu trabalho comum, uma escola média capaz de atender à variedade de suas aptidões e das ocupações diversificadas de nível médio, e uma escola superior capaz de lhe dar a mais alta cultura e, ao mesmo tempo, a mais delicada especialização. Todos sabemos quanto estamos longe dessas metas, mas o desafio do desenvolvimento brasileiro é o de atingi-las, no mais curto prazo possível, sob pena de perecermos ao peso do nosso próprio progresso

Surgiu neste período também a teoria do capital humano, da qual advêm algumas reflexões sobre a economia na vertente de limitar o indivíduo a teorizar a sua condição frente ao mercado de trabalho. Na visão de Schultz (1973, p.15), em sua obra o Capital Humano nos faz entender o que queria relacionar em sua tese:

[...] o pensamento econômico tem negligenciado examinar duas classes de investimentos que são de capital importância nas modernas circunstâncias. São elas: investimentos no homem e na pesquisa, tanto no plano privado quanto no plano público.

Nesse contexto, o capital humano ganhou voz advinda das publicações do autor em questão, gerando assim uma reflexão sobre a temática, abriu espaço nos campos teóricos e reflexivos sobre esse prognóstico. Bueno (2000, p. 193) afirma que:

Em termos formais, a lei 5.692/71 consubstancia uma política educacional endereçada ao ensino médio, calcada no desenvolvimentismo e na teoria do capital humano. Todavia a definição de ensino médio como espaço estratégico de contenção da demanda para a universidade não eliminou nem minimizou os mecanismos seletivos que excluía as camadas populares.)

Segundo Cunha (1977), com as mudanças no quadro político de 1964, foram implantadas as políticas de profissionalização do ensino médio. A lei federal nº 5.692/71, com a reforma do ensino superior, alavancou o acesso da classe média para os bancos universitários e a exigência de o ensino médio desempenhar função propedêutica.

A reforma do ensino neste período sinalizou para que veio, conforme podemos diagnosticar no artigo 1º: “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o mercado de trabalho e preparo para o exercício

consciente da cidadania. ” (BRASIL. 1971). Entretanto, as disciplinas de sociologia e filosofia deixam de fazer parte do currículo, elencando o que chamamos de tecnicismo, pois gerou aprendizado extremamente técnico e não reflexivo.

Hobsbawm (1996, p.393), assinala que “na metade dos anos 70, o mundo contemporâneo mergulhou num quadro sombrio de perda de referência, instabilidade e crise. ” Os neoliberais diagnosticaram como crise cíclica, intrínseca ao capitalismo de forma ou de outra como atuante no mercado em que permanecia inerente ao capital, dele advindo no aspecto econômico, uma vez que o fortalecimento só aconteceu alguns anos mais tarde.

Segundo Canan (2016), a partir de 1970 o discurso do Banco Mundial passou a ser cada vez mais político, pois além de financiar, passou a ser propositor do processo de desenvolvimento e ao propô-lo, estabeleceu condicionalidade. Continua. Canan (2016, p.64), alega que:

Ainda nos anos de 1980, o financiamento definido pelo Banco chamado Crédito de Base Política, que se destinava a financiar políticas de ajuste estrutural entre os países mais afetados pelo desequilíbrio econômico, que marcou os anos 1970, adotavam medidas voltadas para a redução do papel do Estado.

Saviani (2011), declara que nessa década surgiu a tendência crítico-reprodutivista, que seria uma crítica a visão tecnicista e entenderia a educação a partir de alguns condicionantes sociais, atuando assim os intelectuais em denunciar e repudiar os sistemas de controle sociais bem como os setores dominantes, levantando a bandeira da autonomia intelectual e da educação em convergência com as relações sociais. Saviani (2011, p.397), afirma que:

A visão crítico-reprodutivista desempenhou, pois, um papel importante na década de 1970. Suas análises constituíram-se em armas teóricas utilizadas para fustigar a política educacional do regime militar, que era uma política de ajustamento da escola utilizada como instrumento de controle da sociedade, visando a perpetuar as relações de dominações vigentes.

Sendo assim, os anos de 1980 geraram para a educação, mais especificamente para o ensino médio, uma contribuição significativa no que tange a crise de identidade, a qual sempre rondou este segmento de ensino, negligenciando a formação profissionalizante e elencando o ensino médio como formação geral, sintonizados pelo enfoque econômico, direcionados ao desenvolvimento das conferências de educação, que reforçavam nessa década

novamente a teoria do capital humano. Advindo para as questões que viriam na década seguinte. “Todavia a despeito das ambiguidades, é forçoso reconhecer que a década de 1980 foi marcada por vigoroso movimento organizativo – sindical envolvendo os três graus de ensino” (SAVIANI, 2011, p. 404), pois essa década foi reconhecida mais adiante pela ampla relevância e eclosão na produção acadêmica e científica, adquirindo assim amadurecimento e reconhecimento nesse aspecto. No entanto, se deve também a volta dos intelectuais que retornaram ao Brasil depois do exílio da ditadura militar.

Segundo Nardi, Almeida e Viana (2015, p. 56), a década de 1990 foi o auge das políticas públicas educacionais:

[...] em torno da ideia de transformação produtiva, sintonizadas com a mudanças tecnológicas mundiais e o novo paradigma do desenvolvimento, (CEPAL 1990), transformação essa que torna determinante o papel da qualificação e do conhecimento.

Segundo (CANAN, 2016), em 1990 o Banco Mundial destacou juntamente com outros órgãos a educação básica como prioridade para a chamada década da educação, devido aos avanços dentro das políticas públicas educacionais dirigidas a melhoria das atuações no Brasil e em outros países. Neste período, surgiram alguns itens como emergenciais para a tomada de decisões no contexto educacional. Em 1993, a conferência educação para todos destacou que seriam: “Acesso, equidade, qualidade e redução da distância entre a reforma educativa e a reforma das estruturas econômicas.” (CANAN, 2016, p.65).

Torres (2003) *apud* Canan (2016, p.65) nos diz que:

O Banco estimula os países a investir prioritariamente na educação básica, que é responsável pelos maiores benefícios sociais e econômicos, além de ser considerada um elemento essencial para o desenvolvimento sustentável e de longo prazo para aliviar a pobreza.

Muitas vertentes de pensamentos ideológicos viriam desde então, mas estas vertentes não foram capazes de sustentar uma ideia que fosse concretizada de forma eficaz o pensamento ideológico de serem oportunizadas as pessoas o conhecimento. Em adição, Bueno (2000, p. 22), assim se posiciona

[...] a crescente complexidade político-social tem favorecido migrações e encaixes intelectuais transversais e uma multiplicidade de posições combinadas cujas diferenciações de opções são dificilmente visíveis e permitem surpreendentes manifestações de opção teórico político.

A década de 1990, foi de grande significação para a educação brasileira no quesito de políticas implantadas a fim de melhorar e fortalecer os aspectos educacionais no Brasil. Fortaleceu a escola na implantação de condições de alguma autonomia, de reorganizar o sistema e oportunizar o educando por meio de alguns programas no sentido de melhorar a condição escolar gerada por alguns destes programas.

Na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), em um dos seus artigos, trata sobre desigualdade de oportunidades e justifica a oportunidade restrita ao longo dos anos por intermédio dos bancos escolares, da necessidade de expansão do conhecimento, dando condições mínimas de acesso a recursos para que a população educacional seja fortalecida em seu compromisso com a educação básica em todos os aspectos.

No Plano dos financiamentos educacionais, desde então, o Ministério da Educação (MEC), implantou vários programas com o intuito de reverter situações extremas de carência de seus recursos e a gestão dos mesmos, tais como: “Dinheiro Direto na Escola” que constitui na distribuição de recursos diretamente aos estabelecimentos escolares; Programa Renda Mínima - Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA); Fundo para o Desenvolvimento e Valorização do Magistério (FUNDEF); e o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Parte significativa de alguns desses recursos foram para a implantação de tecnologia e informação nas escolas ex: TV Escola; Programa Nacional de Informática na Educação etc. melhorando a condição de acessos tecnológicos e provedores de ciência e tecnologia no âmbito escolar.

O governo também priorizou a intervenção de natureza avaliativa e de acesso ao ensino superior tais como: Implantação do Censo Escolar; SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica; Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Sistema de Seleção Unificada (SISU), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) ; Provão; Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), além de outros de caráter importantíssimo para o fortalecimento do aspecto educacional brasileiro, concentrando-se particularmente na avaliação, acesso e permanência no ensino superior

No Campo da gestão, é fomentada a Municipalização, o Programa de Atualização, Capacitação e Desenvolvimento de Servidores do MEC, Programa

de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, além de estimular a autonomia nas escolas.

Podem também ser entendidos como política educacional os programas focalizados em grupos específicos, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Indígena. Também não podemos esquecer da Alfabetização Solidária, criada em janeiro de 1997, que combate o analfabetismo na faixa etária dos 12 aos 18 anos. Um conjunto de regulamentações afetou este nível, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBEN) a definição de parâmetro curriculares nacionais para as oito séries e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Do ponto de vista do MEC, outro problema decorre da política de correção de fluxo no ensino fundamental, isto é a pressão sobre o ensino médio. Além disso, o governo tinha outra política pensada para este nível de ensino.

Em 17 de abril de 1997, por meio de Decreto Federal 2.208, estabeleceu-se a separação formal entre ensino médio e técnico. Ao apartá-los, foi produzido para cada segmento de ensino, um currículo e organização específica. Reeditando a velha dualidade, encaminha jovens de classes sociais distintas para trajetórias diferenciadas, não só educacionais como sociais e econômicas.

4 ENSINO MÉDIO, SUAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Em pleno século XXI, alguns programas têm se alinhado no sentido de ampliar a carga horária da jornada escolar, e acabar com o ensino médio noturno e regular, portanto várias concepções têm que ser levadas em consideração. A primeira delas seria oportunizar a escolha dos educandos de acordo com sua condição de vida. Levar em consideração o aspecto cognitivo do aluno em sua jornada escolar, empregado de acordo com a necessidade cultural, social, econômica. Diminuir a evasão do ensino médio com políticas de fortalecimento dessa faixa etária de ensino, onde muitas delas segundo os índices acontecem por gravidez na adolescência, violência e entrada precoce no mercado de trabalho informal, ou seja, melhorar as condições de vida na esfera atual do jovem brasileiro. Outro aspecto que merece atenção é o impacto dessas ampliações de carga horária no cotidiano escolar, fomentado por políticas de inclusão no meio, mediante projetos e implantação de recursos, a melhoria das

estruturas escolares, bem como o fortalecimento do dinheiro na escola a fim de programar características de autonomia em que a escola empregue o dinheiro em sua formação local, de acordo com as necessidades de sua comunidade.

Sabe-se também que o ensino médio profissionalizante tem balançado em suas estruturas por conta dos recursos destinados aos cursos ora sistematizados e enxutos pela crise atual do Brasil. Acredita-se que de todos os ensinos médios citados acima, o profissionalizante é o que na história pedagógica do Brasil, sofreu mais com a insegurança de um país referenciado por uma economia instável em seu aspecto econômico, pois foi criado com a função de fornecer mão de obra no sistema capitalista e principalmente na era industrial teve o seu fortalecimento. Então, buscar o conhecimento seja ele por meio do aprendizado ou em sua perspectiva de vida, é que faz gerações capazes de serem fortalecidas pelo meio acadêmico e educacional. Hoje, são implantadas várias metas e vários programas, mas tudo com o propósito de fortalecer aquilo que já sabemos.

Este objeto de estudo identificou lentamente os fatos que oportunizam o educando desfazer-se do papel de proletário e se identificar frente ao meio em que vive. O aspecto cognitivo implantado desde cedo fez com que pessoas autoritárias em seu modo de pensar fizessem o mesmo que os escravos fizeram com a educação em tempo de crise. Hoje sabemos o quanto importante foi a autonomia gerada nos bancos escolares mediante leis e políticas implantadas a fim de reverter as condições em que o ensino médio se encontra. Conseguiu-se também identificar o tamanho da população advinda dos bancos escolares, mas não sabemos onde todos vão adquirir conhecimento, se naqueles fortalecidos por massa de intelectuais ou por massa de ripários à beira da corrupção.

Notoriamente, todo o complexo envolvido no ensino médio está vinculado ao próprio aprendizado, pois a aquisição do conhecimento, deslocada do poder econômico se sobressai e tenta vincular o estudo ao capital. Hoje compreende-se um pouco a importância que este progresso advindo dos bancos mundiais representa, pois fortaleceu a questão do aprendizado robotizado. Nem mesmo as estatais foram compreensíveis com o governo uma vez que implantadas as políticas, o governo fortaleceu os bancos escolares com a fome zero.

Nem sempre o sistema econômico foi organizado conforme o papel do aprendiz, e sim conforme o papel a ele denotado. Hoje compreende-se o quanto

o ensino médio depende de nossa contribuição acadêmica a fim de entender o direcionamento a ser seguido. A percepção frente a isso é a de que o mundo acadêmico necessita fazer algo para desprender o povo descendente do futuro aprendiz para que este ainda tenha condição de nortear os seus caminhos pautado em sua história de vida. Torres (2003 *apud* Canan, 2016, p.70), nos diz que:

[...] na decisão sobre as políticas, duas ausências fundamentais se destacam: a dos professores e a da pedagogia, ou seja, se o termo política tem relação com participação, fundamentada em que tipo de participação, vem sendo construídas as leis que regem a educação no Brasil?

Participar significa fazer parte de algo sem se apropriar significativamente, uma vez que a participação das pessoas nas questões do estado se torna importante para a redefinição de metas e valores impostos pela sociedade capitalista, seja no aspecto social ou educacional. Ou seja, quando nos tornamos parte de algo o transformamos em importância. Essas participações podem assumir diversas formas de intensidade, para eles mesmos ou para a sociedade em que estão inseridos. Participação é o fim em si mesmo- é considerada um instrumento estratégico para efetivação da democracia. - Pois, segundo Bordenave, (1985, p.8), “Democracia é um estado de participação.” Esta pode ser coletiva, individual, organizada, eventual, ativa ou passiva, institucionalizada ou não, mas é fundamental para o âmbito das políticas públicas educacionais em suas efetivações. Nesse contexto em que estão inseridas as políticas públicas e sua efetivação; a participação do indivíduo em todo o processo seria de fundamental importância para o entendimento das manipulações do próprio participante, uma vez que se tomando parte desse processo, será mais ativa a sua condição de participante.

O notório saber vinculado ao aspecto acadêmico veio discutir o tamanho da crueldade de oportunidades advindas dos bancos escolares, uma vez que estes são bem mais eficientes que os bancos de rua em termos de conhecimento, como dizia Brandão (2007) “o conhecimento pode ser adquirido por toda uma comunidade reunida ou não”. Hoje, o aprendiz é muitas vezes mais eloquente que o próprio ensinante, trazendo a sua bagagem cultural para dentro da escola, mas a escola oportuniza o aprendizado de várias maneiras e o

contexto em que está inserido o faz reflexivo, ordenado, classista, metódico, literário, categórico ou afortunado, basta multiplicar o que aprendeu.

A Reforma do ensino médio foi implantada com a intenção de melhorar a educação nesse segmento de ensino. No entanto, algumas contradições em relação a esta reforma vêm gerando polêmica. No sentido de implantar a reforma de acordo com a proposta do governo, no discernimento de suas ações e proposições sobre esse nível de ensino. Ajusta-se a carga horária, com implantação de tempo integral, e a formação técnica dentro da carga horária do ensino médio. Quanto às disciplinas ofertadas, oportunizar algumas áreas, desfazer outras, como a sociologia e a filosofia, articula-se uma descentralização de ensino no mínimo duvidosa. Essa mudança no âmbito educacional faz lembrar o aspecto econômico gerado por essas escolhas influenciadas pela era capitalista em que o grupo de apoio a uma determinada causa fortificava os demais e assim sucessivamente. A autonomia requer ser trabalhada em todo o aspecto educacional de sua inserção, principalmente no que tange a autonomia intelectual. Compreende-se todo esse contexto educacional influenciado por vários pensadores ao longo da história, tentando agregar valor e empregando o conhecimento direcionado aos povos. Entenderam-se os sinais desde o início da história e perfazer esse caminho educacional compreendendo o contexto histórico, faz refletir em que meio se está inserido e as causas e consequências desta autonomia ou falta dela. (BRANDÃO, 2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais foram implantadas desde então pelo fomento de escola apartidária, mas sem fundamento para a sociedade, uma vez que a escola sem partido a torna fragilizada quanto ao debate histórico político e social uma vez que as políticas demandam uma articulação e participação eloquente de seus indivíduos. Nem sempre o sistema ao qual o mesmo pertenceu o fez homem capaz de aperfeiçoar o seu aprendizado por meio dos bancos escolares. Dificilmente o homem entende o que a demanda estudantil faz com a sua história, mas o torna reflexivo diante da oportunidade política em que se encontra. O contexto escolar, advindo das políticas fomentadas a partir da década de 1930, fez entender que até chegarem a ser implantadas em sua totalidade e compreensão, anos se passaram e se os governantes em sua

maioria o fizeram foi por pressões externas do capital. Ora, o capital denuncia o que se é no mundo de ideias e inovação, mas sem reflexão sobre o contexto em que se vive. Robotizados se está, mas assim se permanece até a pátria educadora sair dos bancos escolares e se manifestar mediante suas leis e formação do indivíduo no contexto escolar, o qual nem sempre o fará mais elaborado ou compreensivo de sua existência atual.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense. São Paulo. 1985.

BRANDÃO, Carlo Rodrigues. **O que é educação**, São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF: DOU, p. 11429, 27 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF: DOU, p. 6377, 12 ago. 1971.

BRASIL. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal Nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF: DOU, 18 abr. 1997.

BUENO, M. S.S. **Políticas atuais para o ensino médio**. Campinas: Papyrus, 2000.

CANAN, Silvia Regina. **Influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais**: só há intervenção quando há consentimento? Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CUNHA, L. çA. R.. **A profissionalização do ensino médio**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

NARDI, E.L.; ALMEIDA, M. L. P.; VIANA, I. M. T.C (Orgs.). **Políticas públicas e regulação da educação**: Temas em debate. São Paulo: Mercado das Letras, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas do Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa, Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação não é privilégio**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. *In*: TOMMASI, L. de; WARDE, M. J. e HADDAD (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez.

UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos**: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem. Unesco: Jomtien, 1990.

INFLUÊNCIA DA MASTITE CLÍNICA E SUBCLÍNICA NA TRANSFERÊNCIA DE IMUNIDADE PASSIVA PARA BEZERRAS

Fátima Tenchina
Milene Stefaniak dos Santos
Giovanna Gavazzoni
João Estevão Sebben

RESUMO: A colostragem de neonatos é um manejo de extrema importância em um sistema de produção leiteira, pois esta intimamente relacionado com a saúde e desenvolvimento das futuras vacas. O colostro bovino contém elementos solúveis e celulares biologicamente ativos, sendo a imunoglobulina G (IgG) o principal componente imune transferido da circulação para a glândula mamária e sucessivamente ao bezerro. Cada imunoglobulina desempenha função específica no organismo, a IgG representa cerca de 80-95% dos anticorpos responsáveis por identificar e destruir patógenos. A placenta das fêmeas bovinas classificadas como sindesmocorial nutre e protege o feto contra agressões bacterianas e virais, mas impede igualmente a passagem de anticorpos. Desta forma ao nascer o animal, não apresenta imunidade adequada, sendo dependente do processo chamado de transferência de imunidade passiva (TIP), que ocorre exclusivamente através do fornecimento de colostro. A falha na transferência de imunidade passiva (FTIP) é uma das principais causas de mortalidade de bezerras recém-nascidas. Uma das doenças de maior relevância nos rebanhos leiteiros é a mastite, uma infecção da glândula mamária que pode ser causada por microrganismos principalmente bactérias. Essa enfermidade pode ocorrer em todas as fases da lactação, inclusive no pós-parto imediato. A ocorrência da mastite nesse período se deve a maior vulnerabilidade às infecções devido à baixa do sistema imunológico atribuída a alterações endócrinas e metabólicas que se iniciam no período seco. A infecção da glândula mamária durante o referido período resulta em profundas mudanças nos constituintes lácteos, alterando as características físico-químicas e organolépticas do colostro. Portanto objetivou-se nesta revisão levantar informações sobre a influência da mastite clínica e subclínica na imunização passiva de bezerras e comparar os principais métodos de avaliação utilizados.

PALAVRAS-CHAVE: colostragem; transferência de imunidade passiva; mastite.

ABSTRACT: Colostration of newborns is an extremely important management in a dairy production system, as it is closely related to the health and development of future cows. Bovine colostrum contains biologically active soluble and cellular elements, with immunoglobulin G (IgG) being the main immune component transferred from the circulation to the mammary gland and successively to the calf. Each immunoglobulin plays a specific role in the body; IgG represents about 80-95% of the antibodies responsible for identifying and destroying pathogens. The placenta of female cattle classified as syndesmorial nourishes and protects the fetus against bacterial and viral aggression, but also prevents the passage of antibodies. Thus at birth the animal does not have adequate immunity, being dependent on the process called passive immunity transfer (TIP), which occurs exclusively through the supply of colostrum. Failure in passive immunity transfer (FTIP) is a major cause of mortality in newborn calves. One of the most important diseases in dairy herds is mastitis, an infection of the mammary gland that can be caused by microorganisms, mainly bacteria. This disease can occur at all stages of lactation, including the immediate postpartum. The occurrence of mastitis during this period is due to the greater vulnerability to infections due to the low immune system attributed to endocrine and metabolic changes that begin in the dry period. Infection of the mammary gland during this period results in profound changes in the dairy constituents, altering the physicochemical and organoleptic characteristics of colostrum. Therefore, this review aimed to gather information on the influence of clinical and subclinical mastitis on passive immunization of calves and to compare the main evaluation methods used.

KEYWORDS: colostragem; transferência de imunidade passiva; mastite.

1 INTRODUÇÃO

A mortalidade de bezerras nos primeiros meses de vida é um dos principais prejuízos econômicos enfrentados pela bovinocultura leiteira mundial, sendo a falha na transferência de imunidade passiva (FTIP) um fator de grande contribuição (SANTOS; FEITOSA, 2013). Para o sucesso da atividade é necessária a implantação de metas que permitam a sobrevivência, a sanidade e desenvolvimento dos animais, admitindo índices de mortalidade e morbidade inferiores a 5 e 10%, respectivamente do nascimento ao desmame, dessa forma o manejo adequado do colostro é indispensável (LEITE *et al*, 2017)

A placenta dos bovinos é do tipo sindesmocorial, apresentando um sincício entre o endométrio materno e o trofoblasto fetal, impedindo o encontro do sangue da vaca com o sangue do feto e, conseqüentemente, a transferência intrauterina de imunoglobulinas. Portanto o bezerro nasce agamaglobulinêmico e o seu sistema imune ainda não é capaz de produzir anticorpos em quantidades necessárias para o combate de infecções (GUERRA *et al*, 2017).

O colostro é um alimento rico em anticorpos, principalmente imunoglobulina G (IgG), que são absorvidos intactos e funcionais pelas células epiteliais do intestino delgado dos bezerros. Esse alimento caracteriza-se por uma secreção viscosa da glândula mamária produzida imediatamente após o parto por um período de três e seis dias. É composto por 20% de proteína, 18,5% de sólidos não gordurosos, grandes quantidades de açúcares, minerais e vitaminas (RODRIGUES, 2012).

Rodrigues (2012) ressalta ainda, que a capacidade de absorção de anticorpos no intestino dos bezerros vai reduzindo progressivamente após as 12 primeiras horas de vida, fundamentando a importância de fornecer o colostro imediatamente após o nascimento.

Dentre os fatores que influenciam na transferência de imunidade passiva (TIP) para os neonatos se destacam o momento da ingestão do colostro, o método e o volume de colostro administrado, a concentração de imunoglobulina e a idade da mãe (GUERRA *et al*, 2017).

No entanto pouco se sabe a respeito da influência da mastite na transferência de imunidade passiva para bezerros, objetivando-se nesse estudo literário levantar dados recorrentes ao assunto e discuti-los ressaltando a

importância do fornecimento de um colostro de qualidade e bem manejado, bem como comparar os principais métodos de avaliação utilizados pelos autores citados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A mastite ou mamite conceitua-se por uma infecção da glândula mamária causada especialmente por microrganismos, tais como bactérias (principalmente), fungos, leveduras e algas. A inflamação é um dos componentes da resposta imune da vaca para eliminar os agentes causadores, neutralizar toxinas produzidas pelos microrganismos e auxiliar na regeneração dos tecidos mamários afetados. (SANTOS & FONSECA, 2019).

O desencadeamento da mastite está vinculado à complexa tríade: animal (hospedeiro), ao agente etiológico e/ou ao meio ambiente, fazendo desta uma enfermidade multifatorial. Os equipamentos de ordenha, ambiente onde as vacas ficam e as práticas de manejo e higiene podem estar relacionadas direta ou indiretamente na saúde da glândula mamária. (PRESTES; FILAPPI; CECIM 2002).

Os principais agentes etiológicos que determinam enormes prejuízos à atividade leiteira são o *Streptococcus agalactiae* (inclusive outros deste grupo), *Staphylococcus aureus* (a de maior importância), *Escherichia coli*, *Enterobacter aerogenes*, *Klebsiella spp.*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Corynebacterium pyogenes*, *Mycoplasma spp.*, *Nocardia asteroides* e *Prototheca* (NEGRÃO & DANTAS, 2010).

A mastite bovina tem sido apontada como a principal doença que acomete os rebanhos leiteiros no mundo inteiro, causando sérios prejuízos econômicos tanto ao produtor de leite quanto à indústria de laticínios (TOZZETTI; BATAIER; ALMEIDA, 2008).

Segundo Tozzetti; Bataier; Almeida (2008), os impactos gerados pela mastite vão além dos portões da fazenda, ocasionando também, mudanças na composição do leite (redução dos níveis de cálcio, fósforo, proteína e gordura e aumento dos níveis de sódio e cloro).

São utilizadas duas categorias gerais para a classificação de problemas com mastite, a mastite clínica que se caracteriza por uma infecção evidente pelas

mudanças físicas na aparência do úbere como edema, rubor e dor e pode-se observar a presença de grumos no leite e a mastite subclínica na qual não são observados sintomas sendo necessário o emprego de testes adicionais para detectar (BASSO, 2015).

De acordo com Negrão e Dantas (2010), grande parte dos casos de mastite clínica ocorrem durante o período de lactação e 60% destes casos ocorrem durante as seis primeiras semanas de lactação. Destacam ainda que 50% das vacas leiteiras são afetadas por algum grau de mastite.

A maior porcentagem de perdas pela mastite é devido à forma assintomática da doença (70-80%), além disso, a incidência de mastite nas vacas leiteiras parece elevar-se com o aumento da idade dos animais. Normalmente quando adquirida durante o período seco persiste de forma assintomática até o parto ou início da lactação (SANTOS & FEITOSA, 2013).

Para o diagnóstico de mastite normalmente é realizado através da contagem de células somáticas, exame físico do úbere, aparência do leite, Califórnia mastite teste (CMT) e cultura bacteriana (TOZZETTI; BATAIER; ALMEIDA, 2008).

Quando as amostras de colostro são submetidas ao exame do CMT há divergências sobre a porcentagem de reações negativas ao teste, provavelmente por ser um método semi-quantitativo e apresentar sensibilidade na detecção de amostras com alto número de células somáticas. No entanto mesmo assim estudos comprovam que o CMT é uma ferramenta útil na detecção de mastite no pós-parto imediato (SANTOS & FEITOSA, 2013).

Ao nascerem às bezerras nascem sensíveis a possíveis infecções, portanto só adquirem proteção imunológica consumindo o colostro. Além da transferência de imunidade passiva (TIP) o colostro tem a função de nutrir o animal nas primeiras horas de vida, regular e manter a temperatura corporal, auxiliar no crescimento e induzir a secreção de hormônios (TEIXEIRA; NETO; COELHO, 2017).

Segundo Godden, (2008 apud Teixeira; Neto; Coelho, 2017) o colostro é composto por 85 a 90% de imunoglobulina G (IgG), 7% de imunoglobulina M (IgM) e 5% de imunoglobulina A (IgA); a IgG é subdividida em IgG1 e IgG2, sendo a IgG1 cerca de 80 a 90% do total de IgG.

A TIP adequada depende de alguns fatores tais como, a concentração de imunoglobulinas no colostro, intervalo de tempo entre nascimento e ingestão, volume ingerido, e qualidade sanitária do colostro. A capacidade de absorção vai ser influenciada de acordo com a boa condição fisiológica do neonato (SILPER et al, 2012). Já a qualidade do colostro depende de fatores, como a quantidade de colostro, idade da vaca e manejo dos animais (TEIXEIRA; NETO; COELHO, 2017).

Vacas mais velhas produzem um colostro rico em imunoglobulinas pelo maior contato com antígenos causadores de doenças, porém a ocorrência de mastite clínica em vacas multíparas é maior em relação às vacas primíparas (SANTOS & FEITOSA, 2013).

Segundo Santos & Feitosa (2013), glândulas mamárias sem histórico recente de mastite têm grande número de células somáticas nos primeiros dias da fase colostrada, e decréscimo nesse valor com a evolução dos dias.

O periparto é o momento mais susceptível para infecções mamárias ocasionando profundas mudanças nos constituintes lácteos, alterando as características físico-químicas e organolépticas do colostro (BIRGEL, 2014 apud SANTOS et al, 2016).

Como as formas de apresentação da mastite são distintas uma das outras, por a mastite subclínica não apresentar sinais aparentes na composição do leite, dificulta no momento do diagnóstico, passando despercebida (SANTOS & FEITOSA 2013).

A aplicação do diagnóstico da mastite depende de vários fatores, sendo a experiência clínica o diferencial, porém existem testes complementares que podem facilitar o clínico de maneira mais efetiva, como o CMT que auxilia no diagnóstico de mastite subclínica, fazendo a reação ocorrer entre o reagente e o leite, proporcional à concentração de células de defesa presentes, podendo indicar, de forma subjetiva, a intensidade do processo inflamatório (SANTOS & FEITOSA, 2013).

LEITE *et al* (2017) avaliou a TIP em bezerras alimentadas com colostro oriundo de vacas diagnosticadas com mastite subclínica. Para o diagnóstico de mastite após a parição as vacas eram levadas a sala de ordenha, para coleta asséptica das amostras de colostro. A primeira alíquota obtida foi semeada em placas de Petri contendo meio de ágar sangue de carneiro (5%) e ágar

Sabouraud, respectivamente mantidas a 37°C por 24 a 72 horas e à temperatura ambiente por 10 dias. Foi constatado crescimento bacteriano de três colônias diferentes, caracterizadas conforme os kits comerciais. Foram coletadas amostras de sangue dos bezerros antes e pós serem alimentados com o colostro de suas respectivas mães. A avaliação qualitativa da concentração de imunoglobulinas no sangue dos bezerros foi feita por meio do Teste da Turvação pelo Sulfato de Zinco (TSZ). Os bezerros recém-nascidos que receberam pool de colostro proveniente da glândula mamária com ou sem infecção bacteriana demonstraram reação negativa na prova de TSZ antes da ingestão do colostro e reações positivas após a ingestão.

Esse resultado é condizente com os achados de SANTOS et al (2013), que comparou a colostragem de bezerras alimentadas com colostro de vacas acometidas com mastite clínica e subclínica utilizando isolamento microbiológico positivo e escores positivos ao teste de CMT. A prova do CMT foi realizada imediatamente após o parto com o reativo CMT (FATEC®). Uma amostra representativa por quarto mamário, contendo 10 mL de colostro, foi utilizada para a contagem de células somáticas (CCS) no equipamento DCC (DeLaval®). Aproximadamente 3 mL de colostro por quarto mamário foram colhidos em tubo do tipo Falcon estéril, com capacidade de 15 mL e destinados ao isolamento microbiológico. As amostras foram homogeneizadas suavemente e semeadas em meio de ágar sangue de equino desfibrinado e MacConkey, e incubadas a 37°C. As culturas consideradas positivas foram as que apresentaram o crescimento de pelo menos três colônias idênticas em um mesmo meio de cultivo. As vacas com mastite assintomática ou clínica apresentaram valores de células somáticas superiores aos sadios ao longo de todo o período experimental. Já o sangue dos neonatos foi colhido antes e após a colostragem. A concentração sérica de proteína total foi determinada pelo método do biureto, utilizando-se reagente comercial (Labtest®). Os bezerros que receberam colostro de vacas com mastite subclínica e clínica apresentaram os menores valores de IgG, o que pode ser justificado pela menor disponibilidade de receptores presentes nos enterócitos, em virtude da ligação dos microrganismos.

Portanto Santos et al (2013), observou no presente trabalho que não indicaram FTIP e a pequena variação observada pode ser relacionada, provavelmente, ao fato de que tanto colostro estéril quanto colostro com cultivo

bacteriológico positivo podem ter sido ingeridos simultaneamente por um mesmo animal e, portanto, o colostro estéril pode ter contribuído para a transferência satisfatória de imunoglobulina.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comparando autores com diferentes métodos de avaliação conclui-se que fornecimento de colostro com mastite clínica e subclínica não influencia na transferência de imunidade passiva para bezerras, a pesar dos níveis de IgG terem sido menores em bezerras alimentadas com colostro positivo para mastite não apresentaram FTIP, pois a inflamação não costuma acometer todos os quartos mamários assim o colostro estéril supre as possíveis falhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BASSO, Taíse. Espaço Acadêmico: Avaliação de mastite clínica, subclínica e presença de *Staphylococcus aureus* em amostras de leite. **MilkPoint.**, abr. 2015. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/artigos/producao/espaco-academico-avaliacao-de-mastite-clinica-subclinica-e-presenca-de-staphylococcus-aureus-em-amostras-de-leite-94426n.aspx>. Acesso em: 03 out. 2019.

GUERRA, Guilherme Alves et al. Neonatologia em bezerros: a importância do colostro. **Rev. de educação continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP.**, São Paulo, v. 15, n. 3 , p. 32-41, ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz>. Acesso em: 03 out. 2019.

LEITE, Renata Freitas et al. Transferência de imunidade passiva em bezerras alimentadas com colostro de vacas com mastite subclínica. **Arq. Inst. Biol.**, v.84, 1-7, Ed. 0022015, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aib/v84/1808-1657-aib-84-e0022015.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.

NEGRÃO, Fagton de Mattos; DANTAS, Carlos Clayton Oliveira. Mastite na bovinocultura leiteira: uma revisão. **PUBVET.**, Londrina. v. 4, n. 32, Ed. 137, Art. 927, 2010. Disponível em: <http://www.pubvet.com.br/artigo/2463/mastite-na-bovinocultura-leiteira-uma-revisatildeo>. Acesso em: 14 out. 2019.

PRESTES, Danívia Santos; FILAPPI, Andreane; CECIM, Marcelo. Susceptibilidade a mastite: fatores que influenciam- uma revisão. **Rev. FZVA** Uruguaiana, v. 9, n. 1, p. 118-132. 2002. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fzva/article/view/2153>. . Acesso em: 11 out. 2019.

RODRIGUES, Fernanda de Castro; **Administração de colostro ao bezerro neonato e as concentrações séricas de proteína total e imunoglobulina G**. 2012. 58 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade federal de Uberlândia – Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias. Minas Gerais, 2012.

SANTOS, Guilherme Gonsalvez Fabretti; FEITOSA, Francisco Leydson Formiga. **Avaliação colostrual e de níveis séricos imunes de bezerros holandeses oriundos de vacas acometidas ou não por mastite**. 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Medicina Veterinária, 2013.

SANTOS, Marcos Veiga dos; FONSECA, Luis Fernando Laranja da. **Controle da Mastite e Qualidade do Leite: Desafios e Soluções**. 1 ed. Pirassununga-SP. 2019, 31 p.

SANTOS, Guilherme Gonsalvez Fabretti et al. Proteinograma sérico de bezerros recém-nascidos alimentados com colostro de vacas com mastite. **Rev.Braz. J. Vet. Res. Anim. Sci.**, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 188-197, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/bjyras/article/view/64556>. Acesso em: 18 out. 2019.

SILPER, B. F. Avaliação da qualidade do colostro e transferência de imunidade passiva em animais mestiços Holandês Zebu. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**,

v.64, n.2, p.281-285, 2012. Belo Horizonte- MG. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 03 out, 2019.

TOZZETTI, Danilo Soares; BATAIER, Miguel Bataier Neto; ALMEIDA, Leandro Rafael de. Prevenção, controle e tratamento das mastites bovinas – revisão de literatura. **Rev. Científica eletrônica de medicina veterinária**. São Paulo, Ano VI – Número 10 – Janeiro de 2008 – Periódicos Semestral. Disponível em:
<http://faef.revista.inf.br>. Acesso em: 14 out. 2019.

TEIXEIRA, Vanessa Amorim; NETO, Hilton do Carmo Diniz; COELHO, Sandra Gesteira. Efeitos do colostro na transferência de imunidade passiva, saúde e vida futura de bezerras leiteiras. **Rev. Nutre-Time**. Minas Gerais, Vol. 14, n. 05, set./out.de 2017. Disponível em: <https://www.nutritime.com.br>. Acesso em: 18 out. 2019.

O IMPACTO DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL E NO DESENVOLVIMENTO DE NEGROS (AS) NO BRASIL

Ivani Czadotz Alves¹
Natalie de Castro Almeida²

RESUMO: Essa pesquisa tem por objetivo discutir sobre a existência do racismo desde a escravidão até atualidade, bem como o impacto que essas práticas racistas causam na vida das pessoas negras, considerando os danos na saúde física e mental, as dificuldades de entrada e permanência nas escolas que contribuem para as dificuldades de aprendizagem, e consequentemente diminuem as chances dos negros (as) alcançarem condições dignas de vida. Tendo em vista que a população branca é privilegiada quando se trata de acesso à educação, saúde, distribuição de empregos e renda. No que se refere as taxas de mortalidade por violência, é possível evidenciar que a população negra é maioria nos números de mortes por homicídios cometidos no Brasil.

Palavras-chave: racismo, desigualdade racial, desenvolvimento, bullying e saúde mental

ABSTRACT: this article has on it's objective discuss about the existence of racism since slavery until the present time, as well as the impact that this racist practices cause in the life of black people, considering the damage in the physical and mental health, the difficulties in entering and staying in schools that contribute to learn difficulties, and consequently decrease the chances of black people to reach decent living conditions. Considering that white population is privileged when it comes to access to education, health, job distribution and income. In terms of mortality rates to violence, it's possible to evidence that the black population is the majority in numbers of homicide deaths in Brasil.

Keywords: racism, racial inequality, development, bullying and mental health

1 INTRODUÇÃO

Ainda que provado através das ciências, que as desigualdades sociais advindas da diversidade de raça e de cor, não tem fundamentos na diferença biológica ou de natureza que constituem o ser humano, as quais defendem a hipótese de que a inferioridade do negro é inata e que ele possui capacidades cognitivas significativamente menor que o branco, essa espécie de doutrina permanece enraizada na sociedade, e de certa forma se sobrepõe sobre a visão da desigualdade como fruto do preconceito, da discriminação e da segregação racial que contribuem para as condições desfavoráveis em relação ao negro (GUIMARÃES, 2004).

¹ Acadêmica do 6º período do curso de Psicologia, artigo produzido a partir da apresentação oral da IC de 2020.

² Graduada em Psicologia pela Universidade do Contestado (2008), Perita em Psicologia do Trânsito (CESMAC - 2009), Especialista em Neuropsicologia (FAFIUVA - 2010) e Psicologia do Trânsito (CDETEC - 2013), Mestranda em Educação (UNICENTRO). Psicóloga e Docente do curso de Psicologia - Centro Universitário Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU.

As práticas e ações de racismo são responsáveis por promover a violência, seja ela física ou psicológica, que causam dor, constrangimento, medo, insegurança e ansiedade, contribuindo para que a vítima se sinta inferior e incapaz diante daquele que o agride, incapacitando no seu desenvolvimento natural (DAMASCENO, ZANELLO, 2018). Dependendo da maneira com que o indivíduo vai lidar com os sentimentos advindos das violências sofridas, é que vai determinar o grau do impacto na sua vida, ou seja, uma pessoa que tem sua base familiar e psicológica fortalecida, provavelmente terá mais condições de se auto proteger.

De acordo com Silva (2017), logo no início da vida, ao ingressar na escola a criança já é afetada pelo racismo, sendo o ambiente escolar um lugar onde acontecem discriminações e práticas racistas, o que pode contribuir para que essas crianças venham desencadear quadros de ansiedade e baixa autoestima, e como consequência disso, essas crianças posteriormente podem se tornarem agressoras. Trabalhar a autoestima do negro, desde cedo, é ajudar a diminuir o impacto do racismo em sua vida, amenizando o sofrimento advindo da exclusão, do preconceito e de tantas outras formas de opressão vindas das construções sociais e crenças da cultura branca que ficaram enraizadas na sociedade brasileira. É de suma importância que sejam construídas políticas públicas que venham aumentar o espaço do trabalho da psicologia dentro das escolas, no atendimento as crianças vítimas de racismo, visando o desenvolvimento de projetos e estratégias junto com a equipe escolar no sentido de respeitar as diversidades, sejam elas de raças ou qualquer outra que venha dividir ou classificar os indivíduos, dando oportunidades a todos de se inserirem na sociedade sem serem marginalizados, considerando que a pessoa que comete praticas racista também necessita de tratamento psicológico e sendo a escola o ambiente frequentado no início da vida isso poderá contribuir para uma diminuição dos estragos causados pelo racismo.

Apesar da luta dos negros e dos movimentos antirracistas para acabar com o preconceito e com as desigualdades raciais, esforços que levaram a alcançarem muitos de seus objetivos, incluindo leis e decretos que condenam o racismo, ainda é perceptível as práticas racistas, considerando as dificuldades de inserção do negro no mercado de trabalho, bem como nos acessos à saúde e educação (IPEA, 2008).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A HISTÓRIA DO RACISMO NO BRASIL

O racismo no Brasil teve início na época da colonização, que devido a falta de mão de obra, mais de três milhões de escravos africanos foram trazidos e comercializados, os quais foram direcionados ao trabalho do cultivo de cana de açúcar, algodão, fumo e café, bem como na extração de metais e nos serviços domésticos. Os escravos viviam em condições sub-humanas, sem higiene, dormiam amontoados nas senzalas, eram maltratados e desrespeitados, sofriam castigos cruéis sendo amarrados em troncos para serem açoitados, tinham seus corpos marcados com ferro quente, e dependendo do castigo tinham dedos esmagados ou orelhas cortadas (BRASIL, 1988).

Apesar de pouco ter se falado sobre mortes por suicídio durante a história da escravidão no Brasil, estrangeiros que vivenciaram a situação desumana pelas quais os escravos eram submetidos, relatavam que muitos desses escravos, devido ao tamanho sofrimento, acabavam por tirar a própria vida, alguns praticavam o suicídio deixando de se alimentar, outros através de afogamento ou enforcamento e até mesmo com arma branca. Essa tristeza profunda de que eram acometidos os escravos era chamada de “banzo”, que significava algo existente na raça, o que mais tarde foi comprovado pela psicologia, que era na verdade uma depressão advinda do terrível sofrimento físico e psíquico sofrido pelos escravos (SILVA, 2017).

A abolição no Brasil aconteceu gradativamente, começando com o fim do tráfico negreiro, através da implantação da Lei Eusébio de Queirós (1850), em seguida com a Lei do Ventre Livre (1871) que declarou livre os filhos de escravas que nascessem após a sua assinatura, portanto, essas crianças teriam que ficar com os senhores de suas mães até os oito anos de idade, quando o senhor poderia escolher entre receber um valor do Estado e entregar a criança ou usufruir dos seus trabalhos até que completassem 21 anos, desde que não fossem mais submetidos aos castigos. Após essas leis que vinham enfraquecendo a prática escravocrata, surgiu a Lei dos Sexagenários (1885) que libertava os escravos com 60 anos, os quais ainda teriam que trabalhar por mais três anos sem nenhuma remuneração, para então ser libertados. E finalmente a

Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888, que declarou extinta a escravidão no Brasil, dando liberdade aos escravos, vale destacar que os escravos foram libertos, porém sem nenhuma assistência relativo a moradia ou alimentação, o que fez com muitos deles voltassem a submeter a escravidão devido a falta de estrutura (MPF, 2017).

Vale ressaltar que o Brasil foi o país que mais importou escravos, o último a parar com o tráfico negreiro bem como o último país ocidental a abolir escravidão, o que aconteceu gradativamente, através de muita luta dos próprios escravos e também de pessoas brancas de várias classes sociais (GABLER, 2015).

2.2 O IMPACTO DO RACISMO NA INFÂNCIA E AO LONGO DA VIDA

A população negra começa a ter sua saúde mental e seu desenvolvimento intelectual afetados desde muito cedo, ao frequentarem as escolas, as crianças sofrem de discriminação, as quais se sentem rejeitadas pelos próprios colegas de sala, o que contribui para o bullying, esses constrangimentos não só abalam a autoestima como também prejudicam o desenvolvimento e contribuem para as dificuldades de aprendizagem (SILVA, 2017).

Crianças que sofrem discriminação dentro da escola, tem a saúde afetada devido ao estresse causado pelo convívio com um ambiente de onde surgem práticas racistas, essa situação faz com que não só a adaptação do aluno seja prejudicada como também sua capacidade perceptiva (SCHOLZ, SILVEIRA, SILVEIRA, 2014).

De acordo com André (2011 apud Vygotski, 1991), é através da motivação, dos desejos, das necessidades, dos interesses e das emoções que são gerados os pensamentos, sendo assim o processo de aprendizagem está diretamente ligado ao contexto afetivo que ele vivencia dentro da escola, e são esses vínculos que vão direcionar o aluno ao sucesso ou ao fracasso escolar.

A cor e a raça estão também relacionadas com as dificuldades de entrada e permanência nas escolas e faculdades, esse contexto contribui negativamente durante toda a vida do indivíduo, fazendo com que se diminuam as chances dos mesmos alcançarem melhores condições financeiras e de ocuparem uma posição social mais elevada (SMOLEN, ARAÚJO, 2016).

No Brasil as práticas racistas continuam a existir de maneira invisível, porém com impactos visíveis e significantes, mesmo que tais práticas não sejam consideradas pela sociedade. Diante do que, se faz necessário, além das políticas sociais, um processo de ressignificação na formação de profissionais, visando diminuir a desigualdade racial através da conscientização, onde os profissionais possam assumir um compromisso de trabalho voltado à inclusão de todos os cidadãos, independentemente de sua raça ou de suas origens (SCHOLZ, SILVEIRA, SILVEIRA, 2014).

2.3 AS CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Segundo a Organização Mundial da Saúde, “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade”. Entretanto, estar inserido em uma sociedade que o negro vive constantemente vulnerável tanto a cultura como as práticas racistas que favorecem para o desequilíbrio de todo o processo de saúde física e emocional é estar em desacordo com a definição de saúde da OMS (ONU, 2016).

A construção da subjetividade está diretamente ligada a fatores coletivos, institucionais e sociais, sendo assim o racismo interfere negativamente na construção do eu, o que pode ser um agente determinante no desenvolvimento das pessoas negras, intervindo de maneira negativa no caminho que leva a realização pessoal (ZAMORA, 2012).

Mesmo que um indivíduo negro possua melhores condições de vida, com emprego, moradia e melhores condições socioeconômicas, ele automaticamente acaba se auto conceituando de forma distorcida, não se valorizando em razão do preconceito e da discriminação que existem até os dias de hoje, o que leva os mesmos a viverem em constante estado de aflição, angustia, ansiedade e distorções de pensamentos (DAMASCENO, ZANELLO, 2018).

Segundo Smolen e Araújo (2016 apud Williams et al. 1997) as causas responsáveis pelos transtornos mentais relacionadas as práticas racistas, são devidas as exposições a fatores estressantes, tanto da cultura racista enraizada na sociedade, com a crença de que a raça define as condições socioeconômica,

quanto de situações onde os sujeitos tenham vivenciado ou presenciado algum tipo de discriminação por desigualdade racial.

Através da Portaria nº 992 de 13 de maio de 2009, o Ministério da Saúde, instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), onde considera a existência da desigualdade racial no atendimento à saúde, o que afeta negativamente a população negra. Vale ressaltar que a partir daí o Ministério da Saúde reconhece a existência do racismo e das desigualdades dentro do próprio sistema Único de saúde pública (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Para Silva (2017), a psicologia deve dar atenção especial as problemáticas advindas do preconceito racial, utilizando-se de uma ciência da psicologia clínica e social, que foque tanto na subjetividade como no coletivo, considerando que o ambiente externo onde o negro está inserido é fundamental pois influencia diretamente na saúde mental do mesmo.

2.4 O RACISMO COMO MECANISMO QUE PRODUZ A DIFERENÇA SOCIAL

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008), apesar de importantes mudanças sociais pelas quais o Brasil vem passando, ainda não é possível considerar a diminuição da desigualdade social. As oportunidades de se inserir no mercado de trabalho ainda estão longe de serem iguais para negros e brancos, e que essa hierarquia não sofreu nenhuma mudança junto com o crescimento econômico do país, e que a raça não foi eliminada nos processos seletivos os quais contribuem para que as oportunidades econômicas continuem sendo privilégios de brancos.

2.5 O RACISMO É CONSIDERADO CRIME INAFIANÇÁVEL E IMPRESCRITÍVEL

O crime de racismo está previsto na Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989, que define a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional como crime e que suas respectivas penas são aplicadas com base na forma com que o racismo é praticado (Planalto, 1989).

A punição do racismo também se encontra no Código Penal, art. 140, §

3º - Crime de injúria racial (TJDFT, 1940) e na Constituição Federal (art. 5º XLII) que considera que o racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.

2.6 O RACISMO CONTINUA PRESENTE NA ATUALIDADE

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), através do informativo Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil, é evidente a existência de diferenças entre população branca e preta ou parda, e que apesar das estratégias e planos estudados por profissionais para criar políticas públicas que venham combater tais diferenças, as quais estão representadas pela segregação e conseqüentemente a vulnerabilidade social e econômica dos negros, essas características racistas se fazem evidentes na colocação de pessoas dentro do mercado de trabalho e nas distribuições de renda, bem como em questões referentes a moradia, educação, saúde, nas representações políticas e em situações ligadas à violência.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) apontam a desigualdade por raça ou cor na distribuição de emprego e renda no Brasil, onde pretos ou pardos, mesmo sendo maioria na população brasileira (55,8), são minoria no que diz respeito as oportunidades de trabalho e sofrem injustiças na distribuição de renda, 54,9% do trabalho de força é exercido pela população negra. Dos cargos gerenciais em 2018, 68,6 são ocupados por brancos, enquanto 29,9% são ocupados por negros ou pardos, e a desvantagem se estende ao ganho mensal, pretos e pardos que estão ocupados recebem em média R\$ 1.608 mensais contra 2.796 recebidos pelos brancos, já a subutilização é composta de 18,8% de brancos e 29,0 de pretos ou pardos.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), o retrato da desigualdade também se apresenta no contexto da educação, visto que, no ano de 2015, 4,9% das mulheres brancas com 15 anos ou mais eram analfabetas, sendo que dentre as mulheres negras na mesma faixa etária 10,2% delas não sabem ler e escrever, porcentagem essa que é aproximada também entre os homens. Entre 1995 e 2015 a população branca em idade adulta com 12 anos ou mais de estudo passou de 12,5% para 25,9% enquanto a população negra no mesmo período passou de 3,3% para 12%, o que deixa evidente a existência do racismo na educação

A desigualdade racial está presente também nos atendimentos do Sistema Único de Saúde Pública (SUS) que segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), 5,1% das mulheres brancas não receberam anestesia no parto normal contra 11,1% das mulheres negras, sendo que esse é um procedimento pago pelo SUS para diminuir o sofrimento das mulheres e o número de cesárias. Ressaltando também que 46,2% das mulheres brancas tiveram acompanhantes no parto e que somente 27,0% das negras usufruíram dos mesmos direitos.

O Painel de Indicadores do SUS nº 10 (2016) indica que no ano de 2012 o número de mortos em situação de violência foi de 38.256 cidadãos pretos, 33,850 pardos e de 14,350 brancos. Considerando que vem crescendo nos últimos anos a taxa de mortalidade de negros (as) por agressão (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

3 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi de evidenciar que o racismo está presente em nossa sociedade, porém de forma velada, mas com consequências impactantes na vida dos negros (as) no Brasil. Diante do que, torna-se necessário que a sociedade se mobilize no sentido de cobrar dos governantes para que sejam desenvolvidas políticas públicas usando estratégias que venham combater o racismo e proporcionar oportunidades iguais para brancos (a) e negros (a). Considerando também o trabalho do psicólogo como necessário em todas as escolas, visando com isso trabalhar tanto a autoestima do negro (a) possibilitando a valorização pessoal, como também o trabalho com o agressor, promovendo a consciência naquele que pratica o racismo.

Outro caminho para diminuir as desigualdades advindas da raça e da cor é através de um processo de ressignificação na formação de profissionais, para que seja possível, pelo meio da conscientização, que os profissionais assumam compromisso de trabalho voltado a inclusão de todos, independentemente de sua cor ou de suas origens.

É necessário a conscientização de toda a população de que as agressões raciais existem, e que isso não seja ignorado, pelo fato de que as práticas racistas causam experiências traumáticas com efeitos cumulativos ao longo da

vida das pessoas negras.

4 REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Bianka Pires. **Racismo e des-afetividade no cotidiano escolar**. 2011. Disponível em http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_8802_1337693260.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Inter federativa. **Temático Saúde da População Negra**. Painel de Indicadores do SUS nº 10 - Vol VII. Brasília. 2016.

BRASIL. **Ministério Público Federal. Escravidão Contemporânea. 2ª Câmara de** Coordenação e Revisão Criminal. Organização: Márcia Noll Barbosa. Brasília: MPF. 2017.

Brasil. Ministério da Cultura. **Para uma História do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. 1988. P. 9-10. 1988. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Capítulo I. **Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos** (art. 5º). Disponível em [http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/fc6218b1b94b8701032568f50066f926/54a5143aa246be25032565610056c224?OpenDocument#:~:text=Texto%20do%20Cap%C3%ADtulo%20I,%20Art.%205%C3%A0%20propriedade%20nos%20termos%20seguintes%3A&text=\(Estatuto%20dos%20Estrangeiros\)](http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/fc6218b1b94b8701032568f50066f926/54a5143aa246be25032565610056c224?OpenDocument#:~:text=Texto%20do%20Cap%C3%ADtulo%20I,%20Art.%205%C3%A0%20propriedade%20nos%20termos%20seguintes%3A&text=(Estatuto%20dos%20Estrangeiros)).

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. **Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos**. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n3/1982-3703-ppc-38-3-0450.pdf>.

GABLER, Louise. **Lei do Ventre Livre**. Arquivo Nacional MAPA – Memória da

Administração Pública Brasileira. 2015. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/286-lei-do-ventre-livre>.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. São Paulo. 2004. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012004000100001&lng=en.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica. Número 41. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição**. Brasília. 2008. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4729/1/Comunicado_n4_Desigualdade.pdf.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e de Raça. 1995 a 2015**. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desigualdade Racial no Brasil: um olhar para a saúde**. Ano 8. Edição 70. 2011. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2688:catid=28&Itemid=23

Ministério Da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - uma Política do SUS**. 3ª Edição. Brasília – DF. 2017

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil - Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm.

ONU – Organização das Ações Unidas. **Saúde mental depende de bem-estar físico e social**, diz OMS em dia mundial. 2016. Disponível em

<https://nacoesunidas.org/saude-mental-depender-de-bem-estar-fisico-e-social-diz-oms-em-dia-mundial/>.

SCHOLZ, Danielle Celi dos Santos; SILVEIRA, Marta Irís Camargo Messia da; SILVEIRA, Paulo Roberto. **As práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras**. São Leopoldo – RS. 2014. Disponível em <https://www.nupad.medicina.ufmg.br/arquivos/acervo-cehmob/artigos/As-praticas-racistas-no-espaco-escolar2014.pdf>.

SILVA, Millena Carolina da. **O Impacto do Racismo na Saúde Mental das Vítimas**. Pernambuco. 2017. Disponível em <file:///C:/Users/User/Desktop/art%20racismo%20e%20saude%20mental.pdf>.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAÚJO, Edna Maria de. **Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática**. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n12/1413-8123-csc-22-12-4021.pdf>

TJDFT. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. **Injúria Racial**. Disponível em <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/injuria-racial#:~:text=Inj%C3%BAria%20Racial%20%C3%A9%20ofender%20algu%C3%A9m,%20religi%C3%A3o%20idade%20ou%20defici%C3%Aancia.&text=O%20C%C3%B3digo%20Penal%20em%20seu,a%206%20meses%20ou%20multa>

OS PRINCÍPIOS DA BIOÉTICA, CUIDADOS PALIATIVOS E HUMANIZAÇÃO NA PRÁXIS PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM

Robson Stigar¹
Viviane Haffermann Monteiro²

RESUMO: Nas últimas décadas a população tem envelhecido progressivamente, bem como o tem aumentado o número de doenças crônicas e índices de câncer. Em contrapartida, temos a nosso favor, o avanço tecnológico que vem se desenvolvendo desde a metade do século, junto ao desenvolvimento da terapêutica, fazendo com que as doenças mortais se transformem em crônicas, levando a longevidade seus portadores. No entanto apesar de todos os esforços, a mortalidade continua sendo certa, ameaçando desta forma o ideal de cura e preservação da vida, tornando ineficazes os cuidados, que nós profissionais da saúde possuímos, pois somos treinados para realizar a manutenção da vida. Precisamos desta forma tentar um equilíbrio, refletindo sobre nossa conduta diante a morte humana, tentando resgatar a dignidade da vida e a possibilidade de se morrer em paz, para pacientes que se encontram em cuidados paliativos.

Palavras-chaves: Bioética, Cuidados Paliativos, Enfermagem, Humanização.

ABSTRACT: In the last decades, the population has aged progressively, as has the number of chronic diseases and cancer rates. On the other hand, we have in our favor, the technological advancement that has been developing since the middle of the century, together with the development of therapeutics, making mortal diseases turn into chronic ones, leading their carriers to longevity. However, despite all efforts, mortality remains certain, thus threatening the ideal of healing and preserving life, making the care that health professionals have ineffective, as we are trained to carry out the maintenance of life. We therefore need to try to achieve a balance, reflecting on our conduct in the face of human death, trying to rescue the dignity of life and the possibility of dying in peace, for patients who are in palliative care.

Keywords: Bioethics, Palliative Care, Nursing, Humanization

1 INTRODUÇÃO

A humanização vem sendo abordada na atualidade com grande relevância, trazendo discussões significativas para a retomada dos valores éticos e morais, que devem permear atuação dos profissionais que lidam diretamente com a pessoa humana. O enfermeiro está inserido na prática do cuidar como um profissional que faz a interface com todos os membros da equipe de saúde, bem como com a família, a comunidade, e também com o ambiente que ele executa o seu trabalho. Ele obrigatoriamente está envolvido em uma relação direta interativa e subjetiva, inerente ao cuidado da vida humana.

Atuação desse profissional envolve as relações que vão desde a interação com cada paciente até as articulações mais complexas, que envolvem a família,

¹ Doutor em Ciência da Religião, Professor da Faculdade Herrero – Email: robsonstigar@hotmail.com

² Graduanda de enfermagem da Faculdade Herrero – Email: vivimonteiro2018@gmail.com

a equipe de saúde multiprofissional, e permeia as diferentes faces de processo que se inicia desde a entrada até a saída em alta hospitalar, ou pelo óbito. Por uma analogia de infere-se que o enfermeiro que atua ou atuara, nessa área não precisara de maiores competências clínicas, nem experiência em lidar com a equipe multiprofissional. De uma forma muito mais inconsciente do que consciente, a desvalorização social do paciente dito “terminal” e transferida para o enfermeiro que dele cuida.

No entanto, no que diz respeito a competência clínica deste profissional e necessário destacar o entendimento do enfermeiro no controle da dor, visto ser esse o principal sintoma que mais impõem sofrimento aos pacientes do cuidado paliativo. Para esse verdadeiro problema causado pela má qualidade dos cuidados a saúde, alguns programas de educação acadêmica e de técnicas médicas precisariam unir forças, com o objetivo de implementar o ensino com base no ambiente que as práticas de saúde são desenvolvidas.

As habilidades dos enfermeiros deveram estar voltadas para uma avaliação sistemática dos sinais e sintomas, para o auxílio da equipe multiprofissional no estabelecimento de prioridades para cada paciente, bem como para sua própria equipe com base nos protocolos da instituição que abriga este atendimento, para que haja uma interação dinâmica que envolva a família especialmente no que diz respeito ao reforço das orientações feitas pelos demais profissionais da equipe da saúde, objetivando sempre o sucesso dos cuidados terapêuticos.

2 A HUMANIZAÇÃO NA ENFERMAGEM

A respeito do atendimento hospitalar humanizado é repensar a prática de trabalho, facilita no reconhecimento de problemas e oferece soluções e respostas pela identificação das necessidades dos usuários que são sinalizadas (SILVA, MASCARENHAS, 2014).

“O acolhimento altera significativamente as etapas do trabalho, em particular dos profissionais que não são médicos, mas que realizam a assistência”, pois são eles que estão com o contato maior com o paciente (FRANCO, BUENO, MERHY, 2013).

A respeito da prática da proposta do atendimento humanizado utilizado no município de Betim, elas dizem que repercutiu de maneira expressiva especialmente no que refere-se ao trabalho de enfermagem. As enfermeiras ficaram encarregadas pelo acolhimento e responsáveis pela supervisão do atendimento das auxiliares de enfermagem, inclusive nas orientações a respeito do comportamento e uso de protocolos, organizadas pela equipe e que recomendariam os comportamentos serem utilizados frente das queixas consideradas comuns que eram sinalizadas pelos usuários que frequentavam à unidade e as respectivas atribuições de cada componente da equipe (NASCIMENTO, TRENTINL, 2015).

O auxiliar de enfermagem a respeito da prática do acolhimento diz “[...] resumia-se às atividades próprias da sua função (curativo, injeção, vacina, distribuição de medicamento) e apoio aos médicos” e segundo os autores, após a introdução do acolhimento, os mesmos começaram a adotar a plenitude da sua profissão em prol do atendimento com qualidade (FRANCO, BUENO, MERHY, 2013).

O acolhimento pode gerar retrocesso do modelo tecnoassistencial, mas pode ainda colaborar com o acúmulo de outros ganhos, pois possui o potencial para a reorganização dos serviços de saúde através do processo de trabalho, e desenvolver dispositivos autoanalíticos e autogestionários, além de ocasionar alterações estruturais na maneira de gerir os serviços (FRANCO, BUENO, MERHY, 2013).

O programa de humanização possui como objetivo contrapor-se ao modelo hegemônico-biomédico e hospitalocêntrico que existe no Brasil. Foram desenvolvidas várias propostas, com destaque está o acolhimento como estratégia que deve atravessar todo o sistema, reorganizando as relações entre profissionais e usuários e oferecendo assistência mais resolutiva e humanizada, com o desenvolvimento de pessoas valorizadas, independentes e criativas (BECK; MINUZL, 2010).

O tema acolhimento relacionado ao cuidado à saúde possui a função de reorganizador do processo de trabalho, verificando as necessidades do paciente e repensando o atendimento dos mesmos. Proporcionando a ampliação e qualidade do acesso dos usuários, humanizando o atendimento e favorecendo

a reorganização do processo de trabalho nas unidades de saúde (BARROS et al., 2010).

A importância do acolhimento ultrapassa uma triagem com qualidade ou uma escuta mais interessada, incluindo um conjunto composto por práticas de escuta que precisa ter como objetivo a identificação de problemas e intervenções que solucionem o problema (BARROS et al., 2010). “A importância de cuidar, a humanização, o carinho, a atenção, o respeito e a responsabilidade são necessários quanto à assistência técnica científica, isto é, ambas não podem estar separadas” (SILVA, SANTOS, 2013).

Juntamente com as autoras, o tema é como o paciente é acolhido. Esta análise procura fortificar a relação entre trabalhador e usuário, destacando a necessidade do preparo dos trabalhadores para tratar as pessoas assistidas, isto é “independente da instituição de saúde, na procura da otimização destes serviços” (BECK; MINUZL, 2010).

Quando o paciente é acolhido com qualidade, ele irá sair satisfeito e retornará da maneira que foi recebido. A qualidade no atendimento precisa ser demonstrada e isto acontece, quando o paciente recebe atenção, isto é, pelo atendimento ofertado, pelo vínculo já constituído entre os trabalhadores, isto é, pela acolhida proporcionada (BECK; MINUZL, 2010).

“O acolhimento tem a capacidade de alterar a lógica de organização e funcionamento do serviço de saúde, que possa atender todos os pacientes/clientes que procuram os serviços, concedendo a acessibilidade universal” (BECK; MINUZL, 2010).

O serviço de saúde precisa cumprir sua função principal que é de acolher, escutar e apresentar uma resposta positiva, com capacidade de interferir nos problemas de saúde dos indivíduos, isto é, reorganizar a prática do trabalho, não ficando o trabalho do médico tão centralizado sendo direcionado também para a equipe multiprofissional que é responsável por escutar o usuário, com o comprometimento de interferir a respeito de seu problema de saúde (BECK; MINUZL, 2010).

3 A BIOÉTICA NA ENFERMAGEM

Bioética de origem grega significa ética da vida, e um estudo sistemático das dimensões morais incluindo visão, decisão, conduta e normas morais das ciências da vida e da saúde. Qualificada como sendo a ciência que estuda os deveres de um grupo profissional.

Dentre os paradigmas mais utilizados na bioética, podem ser elencado o do liberalismo, que tem os direitos humanos a justificativa central da autonomia do indivíduo sobre o seu corpo e as decisões relativas à saúde; o das virtudes, que coloca a tônica na boa formação do caráter e da personalidade das pessoas ou dos profissionais; o da casuística, que incentiva a análise sistemática de casos a fim de reunir características que se prestaram para analogias em situações com circunstâncias semelhantes; o narrativo, que entende a intimidade e a identidade experimentadas pelas pessoas ao contarem ou seguirem histórias como instrumento facilitador da análise ética; o do cuidado, que defende a importância das relações interpessoais e da solicitude.

Nesse contexto, se faz necessário que a enfermagem avalie sua postura e suas práticas não apenas sobre uma única perspectiva, e sim, analise sua situação compreendendo a complexidade dos fatores envolvidos- cultura, religião e ciência pautada no diálogo, tolerância e respeito a todas as partes envolvidas.

O código de ética do profissional de enfermagem (CEP 2007) aponta normas e princípios que orientam as práticas de enfermagem, cabendo aos conselhos a fiscalização do exercício profissional bem como decisões sobre dilemas que envolvem a ética profissional.

Através da Resolução 311/2007, fica aprovada a Reformulação do Código de Ética dos profissionais de Enfermagem, onde o profissional de enfermagem fica obrigado a suprir as necessidades da população, garantindo os princípios de universalidade (acesso aos serviços de saúde) integralidade, resolutividade, hierarquização, descentralização. Equidade, respeito a vida, dignidade e os direitos humanos. Além disso, o Código de Ética traz os deveres e responsabilidades, direitos e proibições em cada setor da saúde, seja ela pessoa, família, coletividade, trabalhadores de saúde, organizações da categoria, organizações empregadoras, sigilo profissional, ensino, pesquisa,

publicidade, até infrações e penalidades (SILVA; SILVA; VIANA, 2009). Diante disso:

O Código de Ética de Enfermagem está organizado por assunto e inclui princípios, direitos, responsabilidades, deveres e proibições pertinentes à conduta ética dos profissionais.

SEÇÃO I - Das relações com a pessoa, família e coletividade - responsabilidades e deveres:

Art. 12 - Assegurar à pessoa, família e coletividade assistência de Enfermagem livre de danos decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência.

Art. 15 - Prestar Assistência de Enfermagem sem discriminação de qualquer natureza.

Art. 17 - Prestar adequadas informações à pessoa, família e coletividade a respeito dos direitos, riscos, benefícios e intercorrências acerca da Assistência de Enfermagem.

Art. 18 - Respeitar, reconhecer e realizar ações que garantam o direito da pessoa ou de seu representante legal, de tomar decisões sobre sua saúde, tratamento, conforto e bem estar.

Art. 19 - Respeitar o pudor, a privacidade e a intimidade do ser humano, em todo seu ciclo vital, inclusive nas situações de morte e pós-morte (COREN, 2007, p.1).

Entretanto no que diz respeito à autonomia do paciente é de grande relevância para a equipe de saúde, uma vez que precisa ficar atenta a respeito das questões que regulam as norma e rotinas das instituições e não desrespeitem sua liberdade de escolha, princípios, crenças, valores e morais, uma vez que envolve o consentimento desta para a realização de qualquer procedimento (OGUISSO; ZOBOLI, 2006).

O respeito à autonomia é o reconhecimento da pessoa como sujeito e não simplesmente como objeto. É um princípio *prima facie*, ou seja, não absoluto, sendo seus limites estabelecidos pelo respeito à dignidade e a liberdade dos outros (OGUISSO; ZOBOLI, 2006, p.138).

Por meio desse princípio, a relação entre sujeitos torna-se uma troca mútua de respeito e qualidade da assistência, onde o cliente não é visto somente como objeto que recebe benefícios, mas como sujeitos que discute e limita opiniões a respeito do plano de cuidados a serem oferecidos. No entanto, em algumas vezes, a escolha do cliente não é igual com as escolhas dos profissionais, gerando assim uma barreira na tomada de decisão, não justificando o desrespeito à autonomia do paciente. Sobre esse princípio Ogusso; Zoboli, (2006), nos diz que é preciso que se tenha conhecimento

técnico/científico para se respaldar nas suas decisões, ou deixar de maneira transparente e precisa os riscos que esta escolha poderá gerar.

Compreende-se que a valorização do ser humano e a preservação de sua dignidade são temas bastante discutidos, no entanto, os direitos dos pacientes nem sempre são discutidos, tampouco na prática existe a preocupação em respeitá-los (AMARAL; LEITE, 2015).

Sendo assim, é necessário que o enfermeiro tenha conhecimentos de suas limitações e tenha total conhecimento de suas responsabilidades, que estão regulamentadas na Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986:

Art. 11:

I – Privativamente:

- a) Direção do órgão de Enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de Enfermagem;
- b) Organização e direção dos serviços de Enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços;
- c) Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de Enfermagem;
- d) Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Enfermagem;
- e) Consulta de Enfermagem;
- f) Prescrição da assistência de Enfermagem;
- g) Cuidados diretos de Enfermagem a pacientes graves com risco de vida;
- h) Cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas;

II – Como integrantes da equipe de saúde:

- a) Participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde;
- b) Participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde;
- c) Prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde;
- d) Participação em projetos de construção ou reformas de unidades de internação;
- e) Prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral;
- f) Prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados a clientela durante a assistência de Enfermagem;
- g) Assistência de Enfermagem à gestante, parturiente e puerpera;
- h) Acompanhamento da evolução e do trabalho de parto;
- i) Execução do parto sem distocia; j) Educação visando à melhoria de saúde da população. (COFEN, [s.d], p.1).

4 OS CUIDADOS PALIATIVOS NA ENFERMAGEM

Os cuidados paliativos são intervenções direcionadas aos pacientes que se encontram em situação de terminal de vida. A Organização Mundial da Saúde esclarece que as intervenções diminuem os sintomas desagradáveis, ocasionadas pelo desenvolvimento de uma doença o pelo tratamento estabelecido (BURLÁ, 2010).

Os idosos em decorrência da faixa etária é que estão mais sujeitos a essas intervenções, especialmente aqueles que são submetidos às terapias extensas em decorrência de doenças crônicas, como a demência, neoplasia, cardiopatia, pneumopatia e nefropatia. A partir da década de 80 é que o envelhecimento na saúde passou a ser mais valorizado, e com isso as práticas clínicas específicas direcionadas ao idoso passaram a ser observadas como essenciais (KALACHE, VERAS, RAMOS, 2010).

Apesar das melhorias no diagnóstico, no tratamento e no prognóstico de uma doença, o tema “morte” mantém-se no imaginário do idoso e de quem o assiste. Os profissionais de saúde que estão envolvidos no tratamento do idoso possuem uma grande preocupação é como a morte está sendo vivenciada por seus pacientes e familiares. A maior parte dessas mortes acontece nos hospitais, e em especial, nas unidades de terapia intensivas (UTI's). Por isso que a relação entre cuidados paliativos e as unidades de terapia intensivas precisam ser entendidas à luz das transformações no modelo das doenças e na longevidade da população (PRATA, 2012).

Ao refletir a respeito da terminalidade dos idosos, precisa-se levar em consideração os sintomas das doenças crônicas e o cuidado diferenciado como itens essenciais para o alívio de sintomas que ocasionam sofrimento e a manutenção da capacidade funcional do indivíduo. O propósito de direcionar pacientes terminais para a UTI é oferecer os mais modernos recursos tecnológicos para se manter a vida. No entanto, esse equipamento técnico, mesmo quando suficiente pode proporcionar aos pacientes e a seus familiares o alívio de seus sintomas, não será, com certeza, suficiente para acabar com o sofrimento e a angústia do paciente e de seus familiares (PRATA, 2012).

Os cuidados paliativos são um conjunto de medidas de intervenção, independente dos motivos da admissão, que garantem conforto ao paciente e

que podem ser realizados juntamente com as atividades intervencionistas e “curativas” da UTI. Os profissionais que atendem os pacientes com doenças de grande gravidade estão conscientes de que o prognóstico mais provável é a morte e não a recuperação estado de saúde prévio (COSTA FILHO et al., 2012).

Para os quadros clínicos de morte iminente, os médicos intensivistas, ao invés de prosseguir em práticas direcionadas para a reversão e a continuação da vida à custa de sofrimento, deveriam conduzir seu comportamento para intervenções que objetivassem o alívio e o conforto. Os cuidados paliativos aumentam o arsenal terapêutico para além das tecnologias de cuidado tradicionais da UTI. É possível citar como exemplo a combinação de uma dose de morfina relacionada à ventilação não invasiva com máscara para realizar o tratamento da dispneia da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), ao invés do uso todo orotraqueal (COSTA FILHO et al., 2010).

A utilização de intervenções não farmacológicas, como fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, técnicas de relaxamento e musicoterapia, podem oferecer o bem estar enquanto o paciente está submetido ao tratamento intensivo (MALTA, 2010).

Respeitar a autonomia dos enfermos e de seus familiares, motivando-o a coparticipar das decisões, é também estimular que possa contribuir para reduzir as angústias que a terapêutica medicamentosa costuma não conseguir (BURLÁ, 2010).

5 A PRÁXIS DO PROFISSIONAL DA ENFERMAGEM

O profissional de enfermagem possui um corpo de conhecimento próprio, direcionados ao atendimento das pessoas, no setor de promoção, recuperação e reabilitação da saúde, e também para prevenção de doenças e agravos. É realizado por todo setor de enfermagem, regulamentada pela legislação do Exercício Profissional e reconhecida pelo conselho profissional (MARX, 2014).

A enfermagem brasileira está inserida em um processo de trabalho extenso e coletivo de saúde, juntamente com outras categorias profissionais, proveniente da interdependência e complementariedade dos conhecimentos para oferta de uma assistência integral (MARX, 2014).

Os profissionais de enfermagem precisam acompanhar as mudanças da sociedade através das atualizações em novas áreas, acima de tudo, em gestão e liderança, pois esses profissionais tratam com várias tecnologias, e tem função essencial no processo de disseminação do conhecimento (MARX, 2014).

Compreende-se que o espaço de trabalho se modificou acompanhado o desenvolvimento tecnológico com mais rapidez do que a habilidade de adaptação dos trabalhadores. Assim os profissionais tem vividos em tensão constante, não somente no local de trabalho, mas também na vida de modo geral (FERNANDES et al., 2013).

A sociedade atual é focada no trabalho, pelo qual é entendida como sendo uma forma de realização pessoal, oportunidade de aprendizado e geração de desafios, deixando o indivíduo responsável e por diversas vezes admirada pela função que desempenha (PEREIRA; BUENO; 2017).

A enfermagem precisa procurar um lugar de destaque no mercado atual valorizando a profissão que uma vez que é uma ciência que procura o benefício do ser humano e aperfeiçoando o conhecimento baseado nas melhores evidências, pois o mercado atual demonstra diariamente inovações neste setor (MARTINS et al., 2014).

Assim, é necessário que os serviços de saúde analisem suas práticas de trabalho, entendendo que o melhor investimento é no desenvolvimento de suas equipes construindo líderes e gestores com estratégias para alcançarem maior produtividade com resultados positivos, tanto para a instituição como para o próprio profissional (SILVA et al., 2014).

Existem estudos que destacam vários riscos ocupacionais para os profissionais de enfermagem que atuam em emergência, no entanto demonstram também que as práticas direcionadas à prevenção não impactam nas reais necessidades e dificuldades vivenciadas por estes trabalhadores. Os profissionais tem o conhecimento do uso dos EPI, mas dizem que nem sempre fazem uso devido à falta de tempo (MARTINS et al., 2014).

A percepção de que se tem é que quem cuida sabe se cuidar, então dessa maneira, não necessita de ser cuidado. Entretanto, a prática é diferente, visto que as pessoas que cuidam necessitam de ser cuidadas em decorrência do possível desgaste físico e emocional ocasionado (COSTERNARO; LACERDA, 2011).

Administrar a superlotação nos serviços de emergência nos grandes centros é um desafio para os enfermeiros, pois além de organizar e direcionar a equipe, necessita realizar o planejamento do cuidado objetivando condições apropriadas segundo com a gravidade de cada situação (SANTOS, 2013).

Os profissionais estão expostos a diversos riscos ocupacionais, pois o contato direto com os pacientes aumenta a proximidade com sangue e fluidos corpóreos. Os dispositivos invasivos e procedimentos aumentam a manipulação de materiais perfurocortantes; além da rotina em geral que exige esforço físico dos trabalhadores. Essa exposição preocupa os profissionais, precisando de maior supervisão e capacitação para adotar medidas preventivas e manterem-se atentos ao que estão fazendo (MARTINS, 2014).

Mesmo que ocorra as intercorrências e exigências emocionais e físicas, os profissionais descreve que o trabalho é gratificante, por oferecer o alívio da dor e do sofrimento ao paciente e a possibilidade de salvar vidas, que para eles são fontes de satisfação e conforto e favorecem para que ocorra o equilíbrio emocional dos trabalhadores. Os momentos de atendimento são desafiadores, e proporcionam realização total quando terminam com sucesso (ALMEIDA; PIRES, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procurou-se conhecer os princípios da bioética, cuidados paliativos e humanização na práxis profissional da enfermagem. Conforme revisão bibliográfica sobre o tema verificou-se que a humanização abrange desde o bem estar emocional até o bem estar físico e comprometimento profissional.

Compreendeu-se que os princípios da bioética incluem: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, e estes são fundamentais para a garantia de um cuidado de qualidade. Percebeu-se também que cuidado muitas das vezes complexo, não será empecilho para fomentar uma assistência adequada e humanizada.

É necessário estar sempre em busca de conhecimento, com o propósito de qualificar-se no cuidado ao paciente e compartilhar seus conhecimentos com toda a sua equipe de trabalho, direcionando seu olhar para o ser humano. É

muito importante procurar possibilidades para aperfeiçoar o cuidado ao paciente, baseada não somente em técnicas, mas sim em valores pessoais, entendendo o verdadeiro significado do cuidado do ser humano. É preciso encaminhar a assistência ao bem estar físico relacionado à prestação de cuidados que objetivam reduzir a dor e o sofrimento, enfim é preciso cuidar com comprometimento, fazendo uso da prática com o olhar à promoção da saúde.

Com relação aos cuidados paliativos observou-se que proporcionam uma assistência que procura acima de tudo, humanizar o cuidado, reduzindo o sofrimento e melhorando a qualidade de vida, com práticas de uma equipe multidisciplinar. Assim, compreende-se que a promoção e a presença de uma abordagem paliativa aos pacientes terminais em tempo adequado, certamente iria deixar o cuidado em saúde mais próxima dos desejos e valores na dignidade humana.

Ainda a respeito do cuidado paliativo verificou-se que é recomendado aos pacientes que estão na fase final da vida e possui como objetivo melhorar a qualidade de vida do paciente em sua totalidade, oferecendo apoio tanto para o paciente quanto para os familiares, promovendo bem estar de modo geral e a dignidade do paciente terminal que encontra-se em UTI. Esse cuidado precisa ser ofertado de forma humanizada e holística pela equipe multiprofissional, destacando que cada profissional precisa possuir conhecimento técnico científico e habilidades na atividade paliativa para conseguir dar suporte a esses pacientes.

Diante do exposto acima, é possível dizer os objetivos propostos foram alcançados uma vez que se refletiu a respeito dos princípios que norteiam a prática da enfermagem, buscando observar não apenas as suas necessidades biológicas aparentes do paciente, mas aquelas que não estão sendo evidenciadas, as mais ocultas. E por fim, a realização desse trabalho possibilitou também repensar a respeito dos comportamentos acadêmicos, profissionais e pessoais, destacando a importância do trabalho em equipe, procurando sempre humanizar o cuidado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. J. S.; PIRES, D. E. P. O trabalho em emergência: entre o prazer e o sofrimento. Revista Eletrônica de Enfermagem. 2017.

AMARAL, L. R.; LEITE, L.S. **A visão dos pacientes sobre o atendimento aos seus direitos no ambiente hospitalar.** Revista ACRED - ISSN 2237-5643 v. 5, n.10 2015. Disponível em: <http://cbacred.tempsite.ws/ojs/index.php/Acred01/article/view/229>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BARROS CS, PIMENTEL GG, BEZERRA MMM; AGUIAR FILHO NB; SANTOS ES. **Atuação odontológica na unidade de terapia intensiva (UTI) do Hospital Geral de Fortaleza (HGF).** Perionews. 2011.

BECK CLC, MINUZI, D. O Acolhimento como Proposta de Reorganização da Assistência à Saúde: **Uma Análise Bibliográfica.** Saúde. 2010; 34(1-2): 37-43. Disponível em: <https://www.google.com.br/Acesso> em: 08 ago. 2020.

BURLÁ C. Palição: cuidados ao fim da vida. In: Freitas EV, Py L, Cançado FA, Doll J, Gorzoni ML, organizadores. **Tratado de geriatria e gerontologia.** 3a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2010. p. 1079-88.

COFEN. LEI N 7.498/86, DE 25 DE JUNHO DE 1986.[s.l.:s.n.]. [s.d].Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html. Acesso em: 10 ago. 2020.

COSTENARO, R. G. S. LACERDA, M. R. **Quem cuida de quem cuida? Quem cuida do cuidador?** Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2011.

COREN. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. COREN-SP. Rio de Janeiro, 2007.p.1. Disponível em: <http://www.corensp.gov.br/node/35326>. Acesso em:15 ago. 2020.

COSTA-FILHO RC, COSTA JLF, GUTIERREZ FLB, MESQUITA AF. **Como implementar cuidados paliativos de qualidade na unidade de terapia intensiva.** Rev Bras Ter Intensiva. 2010;20(1):88-92.

FERNANDES, D. J. et al. Competência interpessoal nas práticas em saúde. **Texto e Contexto Enferm,** 2013.

FRANCO TB, BUENO WS, MERHY EE. O Acolhimento e os Processos de Trabalho em Saúde: O Caso De Betim (MG). In: Merhy EE, Magalhães Jr. HM, RIMOLI J, FRANCO TB, BUENO WS, organizadores. **O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano.** São Paulo: Editora Hucitec; 2013. p. 37-54.

KALACHE A, VERAS RP, RAMOS LR. O envelhecimento da população mundial: **um desafio novo**. Rev Saúde Pública. v. 21, n. 3, p. 200-210, 2010.

MALTA, M, Cardoso LO, Bastos FI, Magnanini MMF, Silva CMFP. Iniciativa STROBE: **Subsídios para a comunicação de estudos observacionais**. Rev Saúde Pública. 2010;44(3):559-65.

MARX, L. C. **Manual de Gerenciamento de Enfermagem**. São Paulo: Associados, 2014.

MARTINS, J. T. et al. Equipe de enfermagem de emergência: **riscos ocupacionais e medidas de autoproteção**. Revista de Enfermagem UERJ. Rio de Janeiro, 2014.

NASCIMENTO, E.R. P, Trentini M. O cuidado da enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva (UTI): **Teoria humanística de Paterson e Zderad**. Rev. Lat Am Enfermagem. 2015.

OGUISSO, T. ZOBOLI, E. L. C. P. Ética e Bioética: **desafios para a Enfermagem e a Saúde**, Barueri/SP: Editora Manole, p. 112. 2006.

PEREIRA, M. E. R.; BUENO, S. M. V. Lazer: **um caminho para aliviar as tensões no ambiente de trabalho em UTI**. Ribeirão Preto: Atheneu, 2017.

PRATA, P.A. **A transição epidemiológica no Brasil**. Cad Saúde Pública. 2012;8(2):168-75.

SANTOS, J. L. G. et al. **Desafios para a gerência do cuidado em emergência na perspectiva de enfermeiros**. Rev. Acta Paul Enferm, 2013.

SILVA JR AG, MASCARENHAS MTM. **Avaliação da Atenção Básica em Saúde Sob a Ótica da Integralidade**: Aspectos Conceituais e Metodológicos. In: Pinheiro R, Mattos RA, organizadores. Cuidado: **as fronteiras da integralidade**. Rio de Janeiro: ABRASCO/São Paulo: Editora Hucitec; 2014. p. 241-57.

SILVA, M. V.; FIGUEIREDO, M. L. F. Desafios históricos da enfermagem à luz do pensamento bioético. Rev. Brasileira Enf. v. 63, n. 5 p. 841-843. Brasília, set/out 2010. Disponível em: http://www.abeneventos.com.br/anais_61cben/files/02029.pdf Acesso em: 15 ago. 2020.

SILVA J, SANTOS A. **Opinião da população de Rio Grande da Serra sobre o Programa de Saúde da Família**. Revista Nursing Barueri, v. 64, n. 6, p. 21-26, set., 2013.

SILVA, D. S. et al. **A liderança do enfermeiro no contexto dos serviços de urgência e emergência**. Revista Eletrônica de Enfermagem, 2014.